

CPI DOS CORREIOS



MÁRCIA KALUME

Ministro e lobista podem depor sobre Furnas

Thomaz Bastos e Nilton Monteiro poderão falar sobre "lista de Furnas" à CPI dos Correios. Na dos Bingos, houve bate-boca no depoimento do juiz Julier Silva.

PÁGINA 9

Jefferson Péres, Heloísa Helena e Denise Frossard, na CPI dos Correios

Congresso e governo buscam agenda positiva

Renan Calheiros abre diálogo com lideranças e governo para assegurar a votação de projetos importantes ao país, mesmo em ano eleitoral

Entre as propostas prioritárias para o governo estão a Política de Saneamento Básico e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar

Reforma política é objetivo de Renan. Alvaro Dias pede novo trâmite para o Orçamento e Fernando Bezerra quer discutir a reforma trabalhista

PÁGINA 3

cidadania

Mudanças no funcionamento do Judiciário

Projetos restringem o uso de recurso extraordinário em ações judiciais e disciplinam o deslocamento de competência para a Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos.

PÁGINA 5

Orçamento: mais pedidos que recursos

Apresentação do parecer final do relator-geral do Orçamento, Carlito Merss, esta semana, marca o começo da fase em que a as tensões aumentam. Os recursos não cobrem as indicações dos relatórios setoriais.

PÁGINA 8

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 15

Polêmica na regulação do mercado de gás

Definição do marco regulatório para o gás natural no Brasil tem sido marcada por polêmica. Diretor da Petrobras criticou a Lei do Gás proposta por Rodolpho Tourinho, que recebeu apoio em Plenário.

PÁGINA 7

Conheça os avanços da ciência na busca de fontes alternativas de energia como a eólica



WORLD WIND ENERGY ASSOCIATION

O desafio da energia limpa e inesgotável

PÁGINA 16

Maior punição para ação dos "coiotes"

O Plenário começa a discutir nesta semana que antecede o carnaval projeto de lei de iniciativa da CPI da Emigração Ilegal que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração. Por ter sido apresentado por uma comissão mista, o PLS 15/06 – que também insere o tráfico de pessoas entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro – terá duas sessões de discussão e votação.

Atualmente, o comércio de seres humanos ou o favorecimento à entrada irregular de pessoas em território estrangeiro para obter lucro não são crimes, pelas leis brasileiras. Os aliciadores, conhecidos como coiotes, só podem ser condenados por crimes tributários, como evasão de divisas.

O primeiro item da pauta desta segunda é o requerimento do senador Aelton Freitas (PL-MG), propondo voto de aplauso ao general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, por sua atuação como comandante da Missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti.

Nesta terça-feira, constam da pauta três projetos da Câmara e seis projetos de decreto legislativo, além do PLS proposto pela CPI da Emigração Ilegal. Um dos projetos (PLC 18/03) regulamen-



Senador Marcelo Crivella foi presidente da CPI da Emigração Ilegal, que elaborou a proposta

ta a produção e comercialização de insumos, equipamentos, material ou maquinaria destinados à fabricação, acondicionamento, embalagem e controle de qualidade de medicamentos para uso humano ou veterinário.

Reunião da comissão de reforma do Regimento do Senado

A comissão especial criada para apresentar um projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado tem reunião administrativa nesta segunda-feira, às 18h. Constituída por iniciativa do senador Tião Viana (PT-AC), seu relator, a

comissão tem como presidente o senador Marco Maciel (PFL-PE) e vice-presidente o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Serão analisados 138 projetos de resolução de reforma do Regimento Interno que estão em tramitação no Senado.

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

11h – CPI DOS CORREIOS

Funaro – A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão ouve representantes de corretoras, com destaque para o depoimento de Lúcio Bolonha Funaro. Ligado às corretoras que teriam lucrado mais com as negociações com fundos de pensão, Funaro também é considerado o verdadeiro dono da Guaranhuns, que repassou dinheiro do valerioduto para o PL. Também serão ouvidas a nora de Haroldo Pororoca, Rogéria Costa Beber, e a operadora Fabiana Carnaval.

18h – COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

Reunião administrativa – Formada para dar agilidade ao Regimento Interno, a comissão retoma os trabalhos.

TERÇA-FEIRA

9h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS

FGTS – Um dos itens em pauta é o projeto (PLS 358/04) que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária de planos econômicos anteriores em contas vinculadas do FGTS. **Autor:** senador Paulo Paim (PT-RS). **Relator:** senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Incentivo – Também está sob análise proposta que dá incentivos fiscais à produção de fármacos (PLS 95/05). **Autor:** senador Papaléo Paes (PSDB-AP). **Relator:** senador Gilberto

Mestrinho (PMDB-AM).

9h30 – MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Saneamento – O projeto que cria o marco regulatório do saneamento é um dos itens em pauta. A proposta mantém a estrutura atual, baseada nas companhias de água e esgoto estaduais (PLS 155/05). **Autor:** senador Gerson Camata (PMDB-ES). **Relator:** senador César Borges (PFL-BA).

9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

CLT – Na pauta, proposta que põe a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela CLT (PLC 103/05). **Autor:** ex-deputado Paulo Rocha (PT-PA). **Relator:** senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Planos de saúde – Projeto inclui entre as exigências mínimas a internação hospitalar e a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante (PLS 75/02). **Autor:** ex-senador Carlos Bezerra. **Relator:** senador Demostenes Torres (PFL-GO).

10h – CPI DOS CORREIOS

Fundos de pensão – A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão ouve Eliane Lustosa, Flávio Magalhães Chaves, Luiz Carlos Fernandes e Ricardo Malvasi, da Petros; e Demostenes Marques, Luis Afonso Simoens e Mário Cezar

Silva Serpa, da Funcef.

10h30 – CPI DOS BINGOS

Santo André – Ouve Nelma Kodama, conhecida como Nelma “Cunha”, doleira da Havaí Câmbio e Turismo de Santo André e Antônio Sette Braga, empresário de transportes de Santo André.

QUARTA-FEIRA

10h – CPI DOS CORREIOS

Corretoras – A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão ouve representantes das corretoras de títulos Cruzeiro do Sul e Brasil Central.

12h – CPI DOS BINGOS

Mensalão paulista – Ouve Evaldo Rui Vicente, ex-tesoureiro do PPS. Ele disse que o PT ofereceu dinheiro por apoio à prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, na Câmara de Vereadores.

QUINTA-FEIRA

9h30 – RELAÇÕES EXTERIORES

Acordos internacionais – Estão na pauta vários projetos de decreto legislativo com textos de acordos firmados pelo governo brasileiro.

10h30 – CPI DOS BINGOS

Caso Havana e Ribeirão Preto – Ouve Francisco das Chagas Costa, motorista que atendeu por diversas vezes Ralf Barquete, Rogério Buratti e Vladimir Poletto em Brasília.

Novas proposições para o ano legislativo de 2006

A pauta do Plenário do Senado para o ano de 2006 tem 38 proposições novas recebidas pela Secretaria Geral da Mesa do Senado neste mês. Além de três novos projetos de lei assinados por senadores, o grupo de proposições inclui dois projetos de lei da Câmara dos Deputados, duas mensagens da Presidência da República, um aviso, 12 projetos de decreto legislativo e 18

Bezerra (PLS-complementar 32/06) regulamenta o artigo 192 da Constituição para permitir as operações de compra e venda de moedas estrangeiras no país, entre residentes e não-residentes. Essas operações de câmbio, porém, somente poderão ser realizadas por instituições previamente autorizadas pelo Banco Central. Pelo projeto de lei, será permitida a manutenção de

Renan e Bezerra propõem mudanças na legislação cambial

Entre as novas propostas está o projeto apresentado pelos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Fernando Bezerra (PTB-RN), disciplinando as operações de câmbio e movimentação de capital estrangeiro no país, para eliminar a chamada “cobertura cambial” nas operações de exportação e abolir a vedação à compensação cambial, instituições que advêm dos anos 30 e que se tornaram anacrônicas desde a adoção do regime de câmbio flutuante a partir de 1999.

A proposta de Calheiros e

conta corrente em moeda estrangeira quando os recursos forem originários de créditos ou haveres em moeda estrangeira.

Também foram apresentados os

PLSs 31/06 e 33/06.

O primeiro, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), dispõe sobre a inclusão da letra do Hino Nacional nas contracapas de cadernos e livros escolares produzidos e adquiridos com recursos públicos. O outro projeto, do senador Edison Lobão (PFL-MA), institui o Fundo de Desenvolvimento do Estado do Maranhão (FDMA).

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h – Sessão deliberativa

Acordos internacionais – Estão na pauta desta segunda-feira diversos projetos de decretos legislativos que aprovam textos de acordos internacionais. Entre eles, o acordo com a Índia para cooperação tecnológica na área de mistura de etanol em combustíveis de transporte e o projeto de acordo com o Peru para a promoção do setor pesqueiro.

TERÇA-FEIRA

14h – Sessão deliberativa

Remédios – Pode ir a voto o projeto que altera a política de fiscalização sanitária sobre os medicamentos para uso humano ou veterinário. A idéia é aumentar o controle sobre as distribuidoras de remédios e farmácias para coibir a falsificação de medicamentos. Além disso, o projeto prevê que os medicamentos comprados pelo governo passem por testes de qualidade antes da aquisição (PLC 18/03). **Autora:** deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). **Relator:** senadores João Ribeiro (PL-TO) e Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS).

Emigração ilegal – Os senadores também analisam o projeto que tipifica o crime de tráfico internacional de pessoas para fins de emigração e também inclui a prática no rol de crimes antecedentes da lavagem de dinheiro. **Autor:** CPI da Emigração Ilegal.

QUARTA-FEIRA

14h – Sessão deliberativa

Acordos – A ordem do dia é composta por acordos internacionais, com destaque para o termo celebrado com os Estados Unidos para a Promoção da Segurança da Aviação.

QUINTA-FEIRA

14h – Sessão não-deliberativa

SEXTA-FEIRA

9h – Sessão não-deliberativa

CONGRESSO Balanço positivo da convocação extraordinária e expectativa de produtividade no novo ano legislativo

Senadores apontam prioridades para 2006

O ano legislativo de 2006 deverá ser bastante produtivo, acreditam os senadores. O líder do PFL, José Agripino (RN), afirmou que, se a Câmara aprovar a proposta de emenda constitucional (PEC 72/05) que modifica o rito de tramitação das medidas provisórias (MPs), será aberta “uma perspectiva alvissareira para o Congresso”, já que as MPs deverão iniciar seus trâmites alternadamente no Senado e na Câmara, evitando o trancamento das pautas das Casas. Para Agripino, os projetos mais urgentes são as reformas sindical e trabalhista.

Alvaro Dias (PSDB-PR), vice-líder do partido, espera que sejam discutidas novas regras para a elaboração e votação do Orçamento Geral da União.

– No PSDB, já estamos discutindo a proposta de extinção da Comissão Mista de Orçamento, por causa de episódios como o deste ano, em que já estamos em fevereiro e o Orçamento de 2006 ainda não foi votado pelo Congresso – disse.

Já o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), acredita que a produção do Senado e da Câmara estará concentrada no primeiro semestre deste ano, em razão das eleições de outubro, que deverão mobilizar diversos parlamentares.

Ele também indicou a reforma trabalhista como uma das matérias mais relevantes que devem ser debatidas em 2006. Amir Lando (PMDB-RO), por sua vez, destacou as reformas tributária e eleitoral, sugere-



José Jorge acredita que o Senado manterá os trabalhos “com velocidade razoável”

rindo que novas regras políticas sejam elaboradas ainda este ano pelo Congresso.

Jefferson Péres (PDT-AM) disse concordar que as eleições não prejudicar os trabalhos legislativos no segundo semestre, que deverão ser intensificados até maio. Para o senador, as prioridades são o Fundeb e a reforma infraconstitucional do Judiciário.

Para Sibá Machado (PT-AC), as eleições e a Copa do Mundo não atrapalharão as deliberações. Ele crê que o ritmo da convocação extraordinária, quando o Senado votou 59 matérias, será mantido.

Na opinião de José Jorge (PFL-PE), o Senado tem conseguido fazer a agenda caminhar “com velocidade razoável”.

– Tivemos a experiência no ano passado de manter as comissões funcionando e votar matérias importantes, mesmo com a criação de três CPIs e todo o clima político. Temos experiência e cabeça fria para repetir a mesma fórmula neste ano, apesar de sabermos que o tema das eleições vai dominar o cenário – avaliou o vice-líder do PFL, para quem as votações do primeiro semestre dependem do que a Câmara enviar ao Senado e do que for proposto pelo governo.



Na sessão inaugural, Aldo Rebelo e Renan Calheiros (no telão) recebem Vidigal, Jobim e Dilma Rousseff

Diálogo para construção de uma agenda positiva

A semana que marcou o encerramento da convocação extraordinária e a abertura da nova sessão legislativa do Congresso Nacional serviu para que o presidente do Senado, Renan Calheiros, os líderes partidários e os representantes do governo iniciassem as discussões em torno de uma agenda positiva para 2006. A intenção é que projetos importantes para o país possam ser votados, mesmo em um ano eleitoral que promete ser especialmente conturbado.

Renan lançou a semente do debate ao comparecer à posse da nova diretoria da Câmara de Comércio Americana para o Brasil, no Rio de Janeiro. Na quarta-feira, no discurso da abertura do ano legislativo, detalhou os temas que espera ver debatidos pelo Congresso, que a seu ver não deixará de trabalhar por causa das eleições.

– A grande tarefa a ser cumprida é a criação de condições para que o Brasil cresça de forma sustentada. Temos de atrair investimentos na área de infraestrutura, diminuir o patamar de juros, o tamanho da dívida pública e a carga tributária a níveis civilizados – assinalou.

Para o senador, os investidores

internacionais só acreditarão no Brasil se tiverem certeza de que as regras e os contratos serão respeitados, garantias que podem ser oferecidas com a implementação da reforma do Judiciário.

– A segurança jurídica é essencial para quem investe, gera riqueza e empregos, e acredita no Brasil – destacou o presidente do Senado, para quem a reforma jurídica será “uma revolução silenciosa”, ao garantir uma Justiça mais rápida e eficaz para todos.

Na mensagem levada ao Congresso pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enumerou as matérias que o governo gostaria de ver aprovadas: o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a Política Nacional de Saneamento Básico; o Conselho Nacional de Bioética; e o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Para o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, o Congresso deve mobilizar sua capacidade em torno de propostas “que potencializem a afirmação da vontade do país de crescer e desenvolver

com eficácia e altivez”, exemplificando com a recente discussão sobre a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

– O Brasil não se conforma mais com taxas de crescimento da economia incompatíveis com suas potencialidades e necessidades – enfatizou.

Segundo Renan, é urgente aliviar a sociedade da atual carga tributária, “uma verdadeira expropriação, reflexo do fato de a reforma tributária aprovada pelo Senado não ter sido concluída”, referindo-se ao fato de a Câmara ainda não ter votado

Entendimento visa manter funcionamento do Congresso, em ano eleitoral

o texto aprovado pelos senadores em 2004. Os pontos principais da reforma são a redução do número de tributos para sete e a implementação de uma legislação única para o ICMS em todo o país.

O senador também ressaltou projeto que elaborou em parceria com Fernando Bezerra (PTB-RN), que promove uma mudança radical no mercado de câmbio ao permitir a movimentação de contas em dólar e acabar com a exigência de cobertura cambial para as exportações.

Mensagens de Lula e Jobim na abertura do ano legislativo

A cerimônia de abertura da 4ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura do Congresso começou com a recepção oficial dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim. Essa foi a primeira vez que um presidente do STF esteve no Congresso para entregar sua mensagem na abertura da sessão legislativa.

Os três presidentes se dirigiram ao Plenário da Câmara, passando pelo Salão Negro, onde foram recepcionados pela guarda dos Dragões da Independência. No Plenário, teve início a sessão solene, com a execução do Hino Nacional pela Banda dos Fuzileiros Navais.

Renan abriu a sessão comunicando ao Plenário a presença da ministra-chefe da Casa Ci-

vil, Dilma Rousseff, emissária da mensagem presidencial. Compuseram a Mesa Renan Calheiros; Aldo Rebelo; o 1º secretário do Congresso, deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE); Nelson Jobim; o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Edson Vidigal; o ministro do TCU Guilherme Palmeira; e Dilma Rousseff.

A ministra e o presidente do STF fizeram a entrega das mensagens de abertura do ano legislativo ao presidente do Senado.

A chuva impediu a realização da parte externa da cerimônia. Renan chegaria pela rampa do Congresso, onde seria executado o Hino Nacional. As bandeiras do Senado e da Câmara seriam hasteadas e haveria a Salva de Gala – disparo de 21 tiros de canhão pelo 32º Grupo de Artilharia de Campanha.

Renan quer ampliar contribuições do Parlamento

O Congresso pode contribuir de forma mais ativa e direta nos projetos de desenvolvimento nacional, avaliou o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao discursar na abertura do ano legislativo de 2006. Para ele, o caminho passa por uma discussão sobre a eficiência do Orçamento Geral da União.

O senador disse contar com a “sensibilidade” dos congressistas para tentar modernizar e desburocratizar a aprovação do Orçamento, “nossa primeira e principal obrigação, desde que foi a fonte inspiradora da criação do mais antigo Parlamento do mundo”.

Segundo Renan, definir previamente programas essenciais ao desenvolvimento nacional – e

que não possam ter suas verbas contingenciadas –, aos quais se restringiriam as emendas parlamentares, contribuiria para livrar o Congresso da recorrente desconfiança da sociedade de que as emendas são mercadoria de troca de favores políticos com o governo federal.

Ele defendeu uma “ação permanente e conjunta dos três Poderes” para coibir os abusos representados pelos milhares de obras inacabadas em todo o país e manifestou o desejo de contribuir para superar outro impasse em 2006: a questão dos precatórios.

– Hoje, as dívidas judiciais dos estados estão em cerca de R\$ 43 bilhões. E as dos municípios em torno de R\$ 20 bilhões – disse.

Renan também considera que 2006 pode coroar os esforços, iniciados no ano passado, para atender às reivindicações da opinião pública de maior transparência da classe política.

– O tema é polêmico e a reforma política, aprovada no Senado, ainda não foi votada pela Câmara. Mas já conseguimos reduzir os gastos de campanha e aumentar o controle sobre as contas eleitorais – explicou.

Em termos dos processos legislativos, ele defende medidas simples para tornar o ano de 2006 mais produtivo.

– Acredito que seria útil limitarmos as sessões solenes, especiais e comemorativas, restringindo-as àquelas que sejam de extrema relevância – opinou.

PLENÁRIO No período extraordinário de trabalho, Senado aprovou 59 matérias, entre elas emendas constitucionais

Dever cumprido na convocação

“Votamos 59 matérias, todas de grande relevância para o país. As CPIs funcionaram normalmente. O saldo é bastante positivo”

Tião Viana

“O Senado votou quase 90% da agenda. As CPIs trabalharam bem; na dos Bingos, aprovamos o relatório parcial da GTech”

Efraim Morais

“Os principais projetos foram votados, com participação ativa dos senadores, inclusive o que reduziu o recesso”

Aloizio Mercadante

“O recesso longo e a convocação remunerada não estavam de acordo com o que desejava a sociedade. Agora isso foi mudado”

Arthur Virgílio

“A melhora na avaliação do Congresso pela opinião pública reflete a qualidade do que se votou durante a convocação”

José Agripino

“Todas as matérias da convocação poderiam ter sido votadas durante o ano legislativo, sem promover gastos para os cofres públicos”

Heloisa Helena

“Estou no Senado há 11 anos e assisti a muitas convocações. Nenhuma com tanta produtividade como esta”

Fernando Bezerra

“A emenda constitucional que altera o rito das medidas provisórias recupera a prerrogativa do Congresso de legislar”

Alvaro Dias

“Votamos tudo o que chegou aqui. Por duas vezes limpamos a pauta completamente e o imprescindível para a convocação”

Ney Suassuna

O Senado aprovou 59 matérias na convocação extraordinária, nos meses de janeiro e fevereiro, entre propostas de emenda à Constituição (PECs), medidas provisórias (MPs), projetos de lei da Câmara e do Senado, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução e indicações de autoridades pelo presidente da República. Da contagem estão excluídos os requerimentos aprovados.

O Congresso Nacional acabou com o pagamento adicional aos parlamentares pela convocação extraordinária. Em um mês, a PEC 8/06, que reduz o recesso de 90 para 55 dias e extingue a remuneração extra, foi aprovada em dois turnos tanto na Câmara como no Senado e promulgada. O fim dos salários dobrados já vale para as próximas convocações.

Ao presidir a sessão de promulgação das emendas constitucionais, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o Parlamento está dando uma resposta precisa aos anseios da sociedade brasileira, mostrando compromisso, zelo e responsabilidade legislativa para com a nação.

O Senado votou outras medidas de grande impacto [veja quadro], como a PEC 72/05, que modifica as regras de edição de medidas provisórias, para evitar abusos do Executivo. E votou ainda projetos que tratam da gestão de florestas públicas, regulamentam a reforma do Judiciário, mudam o Código de Processo Civil, protegem a Mata Atlântica, estendem as licenças maternidade e paternidade para pais adotivos e criam a loteria Timemania.



Renan, entre os deputados Aldo Rebelo (E) e Maurício Rands, preside sessão de promulgação de duas emendas constitucionais

Oito PECs e sete medidas provisórias, entre as 59 matérias aprovadas

Propostas de Emenda à Constituição (oito)

PEC 12/04 - Exclui os municípios criados até 2000 da obrigatoriedade de lei estadual, consulta à população e estudo de viabilidade. Aprovada redação final e remetida à Câmara.

PEC 31/00 - Concede licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção. Remetida à Câmara.

PEC 29/02 - Estende a vigência do Fundef (fundo de educação fundamental) até 2016. Remetida à Câmara.

PEC 9/03 - Aumenta o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano de 250 para 500 metros quadrados. Remetida à Câmara.

PEC 59/04 - Denomina a Zona Franca de Manaus de Pólo Industrial de Manaus. Remetida à Câmara.

PEC 72/05 - Muda as regras de tramitação das medidas provisórias. Remetida à Câmara.

PEC 8/06 - Elimina a remuneração extra durante a convocação e reduz o recesso parlamentar de 90 para 55 dias por ano. Promulgada.

PEC 7/06 - Permite a contratação de agentes comunitários de saúde por meio de processo seletivo. Promulgada.

Medidas Provisórias (sete)

MP 262/05 - Destina R\$ 30 milhões ao Ministério da Integração Nacional. Convertida na Lei 11.267/06.

MP 263/05 - Institui o abono salarial das Forças Armadas. Convertida na Lei 11.268/06.

MP 264/05 - Destina R\$ 159 milhões para os ministérios do Desenvolvimento Social e das Cidades. Convertida na Lei 11.269/06.

MP 265/05 - Destina R\$ 33 milhões para o Ministério da Agricultura. Convertida na Lei 11.270/06.

MP 266/05 - Destina R\$ 673 milhões para os ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades. Convertida na Lei 11.271/06.

MP 267/05 (Projeto de Lei de Conversão 1/06) - Altera o seguro de crédito às exportações. Remetida à Câmara.

MP 268/05 - Destina R\$ 1,498 bilhão para os ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa. Convertida na Lei 11.272/06.

Projetos de Lei do Senado (três)

PLS 13/06 - Regulamenta a súmula vinculante, norma instituída pela reforma do Judiciário. Remetido à Câmara.

PLS 12/06 - Regulamenta a restrição ao recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, norma instituída pela reforma do Judiciário. Remetido à Câmara.

PLS 14/06 - Regulamenta a federalização dos crimes contra os direitos humanos, norma instituída pela reforma do Judiciário. Remetido à Câmara.

Projetos de Lei da Câmara (15)

PLC 128/05 - Concede bolsas de estudo e pesquisa para professores da educação básica. Convertido na Lei 11.273/06.

PLC 129/05 - Autoriza repasses para a Companhia de Navegação do São Francisco (Franave) sanar o déficit de manutenção. Convertido na Lei 11.277/06.

PLC 101/05 - Resultado da reforma do Judiciário, autoriza juizes a dispensar apresentação de provas e reproduzir sentenças julgadas improcedentes para casos idênticos. Convertido na Lei 11.277/06.

PLC 141/05 - Cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao

Furto e Roubo de Veículos de Carga. Convertido na Lei Complementar 121/06.

PLC 144/05 - Aumenta a duração mínima do ensino fundamental obrigatório de oito para nove anos, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos. Convertido na Lei 11.274/06.

PLC 90/05 - Resultado da reforma do Judiciário, permite ao juiz não receber recursos de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do STJ ou do STF. Convertido na Lei 11.276/06.

PLC 116/05 - Resultado da reforma do Judiciário, considera nulas as cláusulas de eleição de foro em contratos de adesão. Remetido à sanção presidencial.

PLC 62/05 - Permite a concessão de florestas públicas, por até 40 anos, para a exploração sustentável por empresas privadas. Remetido à Câmara, aprovado e enviado à sanção presidencial.

PLC 139/05 - Inclui no ensino da Marinha os ensinos médio, profissionalizante e superior em áreas ligadas às atividades militares. Convertido na Lei 11.279/06.

PLC 95/05 - Autoriza a doação de cinco aviões C-91A ao Equador. Remetido à sanção presidencial.

PLC 143/05 - Cria a Timemania, loteria destinada a quitar dívidas de clubes de futebol com órgãos públicos. Remetido à Câmara.

PLC 19/06 - Altera os limites do Parque Nacional de Brasília para comportar a Cidade Digital. Remetido à sanção presidencial.

PLC 107/03 - Cria o Fundo de Restauração da Mata Atlântica. Remetido à Câmara.

PLC 142/05 - Repactua as dívidas de produtores rurais do Nordeste. Remetido à sanção presidencial.

PLC 51/04 - Prevê que o formulário de declaração do Imposto de Renda tenha espaço para dedução das doações aos fundos em favor da criança e do adolescente. Remetido à Câmara.

Projetos de Decreto Legislativo (sete)

PDS 60/06 - Elimina o pagamento extra durante as convocações extraordinárias. Promulgado.

PDS 61/06 - Programação monetária para o primeiro semestre de 2006. Remetido à Câmara.

PDS 42/06 - Aprova a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003. Promulgado.

PDS 63/06 - Aprova o Acordo de Santa Cruz de la Sierra, de 2004. Promulgado.

PDS 128/06 - Aprova acordo com a França para construção de ponte sobre o rio Oiapoque ligando o Amapá à Guiana Francesa. Remetido à promulgação.

PDS 561/05 - Aprova tratado de transferência de presos celebrado em 2001 com Portugal. Remetido à promulgação.

PDS 36/06 - Aprova acordo de cooperação com o Peru para proteção e vigilância da Amazônia, de 2003. Remetido à promulgação.

Projetos de Resolução do Senado (nove)

PRS 1/06 - Autoriza empréstimo de US\$ 658,3 milhões junto ao Banco Mundial para reformas na Previdência Social. Promulgado.

PRS 2/06 - Autoriza empréstimo de US\$ 4 milhões junto ao Banco Mundial para o setor de habitação. Promulgado.

PRS 3/06 - Autoriza empréstimo de US\$ 8 milhões junto ao Banco Mundial para o setor de desenvolvimento humano. Promulgado.

PRS 4/06 - Autoriza emprés-

timento de US\$ 57 milhões junto ao Banco Mundial para saneamento do Distrito Federal. Promulgado.

PRS 5/06 - Autoriza empréstimo de US\$ 72 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para programa de transporte em São Bernardo do Campo (SP). Promulgado.

PRS 6/06 - Autoriza empréstimo de US\$ 9 milhões junto ao BID para o estado de São Paulo. Promulgado.

PRS 7/06 - Autoriza empréstimo de US\$ 73,5 milhões junto ao BID para o estado do Espírito Santo. Promulgado.

PRS 8/06 - Autoriza empréstimo de US\$ 49 milhões junto ao BID para desenvolvimento de áreas carentes na Bahia. Promulgado.

PRS 10/06 - Autoriza empréstimo de US\$ 4,8 milhões junto ao Banco Mundial para o projeto Comunidades Duráveis do Amapá. Promulgado.

Indicações de autoridades aprovadas (nove)

Enrique Ricardo Lewandowski, para ministro do STF.

Leur Antonio Britto Lomanto, Jorge Luiz Brito Vellozo, Denise Ayres de Abreu e Milton Sérgio Zuanazzi para diretorias da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Horácio de Senna Pires, Alberto Bresciani Pereira, Luiz Philippe de Mello Filho e Rosa Maria Candiota da Rosa para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de ministro togado.

Matéria aprovada pela CCJ, em decisão terminativa

PLS 392/05 - Cria incentivos fiscais para as doações a partidos políticos e candidatos a cargos eletivos. Será remetido à Câmara se não houver recurso de senador para ser apreciado pelo Plenário.

Total de matérias: 59

“A convocação não deveria ter sido feita. De qualquer forma, o Senado cumpriu a sua missão, votando matérias importantes”

João Ribeiro

“Quando as comissões e o Plenário iniciaram seus trabalhos, avançamos em muitas matérias importantes. No final, o saldo será positivo”

César Borges

“Matérias de mais alta importância foram objeto de apreciação, a começar pela redução do recesso parlamentar”

Antônio C. Valadares

“Teve um resultado extraordinário, pois aprovamos matérias importantíssimas, como o fim do pagamento e a gestão das florestas”

Ana Júlia Carepa

“Permitiu a votação de matérias importantíssimas. Foi dada uma satisfação ao povo com o fim do pagamento extra”

Marcelo Crivella

“Quebramos alguns tabus como o pagamento extra, aprovamos a gestão das florestas, de grande interesse para a minha região”

Jefferson Péres

PLENÁRIO Mudanças incluem restrição a recursos ao STF e federalização de crimes contra direitos humanos

Mata Atlântica ganha novas regras de proteção

A utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica deverão ser submetidas a novas regras, segundo projeto de lei da Câmara (PLC 107/03) aprovado pelo Plenário. Como os senadores modificaram a proposta no que diz respeito ao sistema de indenização em caso de desapropriação, a matéria retornará ao exame dos deputados.

O projeto original previa indenização caso a lei prejudicasse os ocupantes de área com “potencial econômico”, conceito considerado muito amplo. Conforme o relator, senador César Borges (PFL-BA), e o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), essa possibilidade poderia gerar uma “indústria de indenizações”.

César Borges, que passou cerca de um ano costurando acordo, conseguiu do governo a promessa de não vetar a matéria caso a indenização fosse estabelecida com diversas restrições, mas sem desrespeito aos direitos legais dos ocupantes dessas terras.

Por 28 votos a 22, foi rejeitada emenda apresentada em Plenário pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC) que tentava garantir

direitos de indenização prévia a ocupantes de terras com “capacidade de uso”.

O texto original, de autoria do ex-deputado Fábio Feldmann, apresentado em 1992, cria o Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, destinado ao financiamento de projetos de restauração ambiental e de pesquisa científica.

Entre outras medidas, a proposta cria programa de crédito destinado ao proprietário ou posseiro que tenha vegetação primária (original) ou secundária (modificada) em estágio avançado e médio de regeneração, e determina o regime de proteção da região.

De acordo com César Borges, a proposição prevê, em áreas urbanas e regiões metropolitanas e sob certas condições, a supressão da vegetação secundária para fins de loteamento e edificação, levando em conta atividades de interesse social consideradas imprescindíveis para a proteção da integridade da vegetação nativa, tais como: prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasores e proteção de plantios com espécies nativas.

Renegociação de dívidas agrícolas é autorizada

A renegociação de dívidas agrícolas contratadas até dezembro de 2000 na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) foi aprovada pelo Plenário do Senado na última terça-feira.

No dia seguinte, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou que o presidente da República vai vetar o projeto e editar medida provisória para beneficiar exclusivamente os micro, pequenos e médios produtores do semi-árido nordestino. O projeto vai ser vetado devido ao impacto fiscal que ele impõe às finanças públicas, segundo Mercadante.

– O que é mais grave é que apenas 519 contratos serão beneficiados com um volume estimado de recursos da ordem de R\$ 6 bilhões – afirmou o líder.

Tratado com Portugal beneficia presidiários

O Tratado sobre Transferência de Presos Condenados firmado entre Brasil e Portugal foi autorizado pelo Plenário, conforme projeto de decreto legislativo (PDL 561/05) aprovado pelo Plenário. O relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), destacou a importância do acordo pelo conteúdo humanitário de permitir que os presos cumpram suas penas em seu

Pelo projeto de lei da Câmara (PLC 142/05), é concedido prazo de 25 anos para a amortização das dívidas renegociadas, com quatro anos de carência. No caso do pagamento em dia das prestações, a proposta prevê ainda a concessão de descontos de 3% sobre o saldo devedor.

No encaminhamento da votação, senadores da oposição e da base do governo defenderam a aprovação da matéria.

O relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), destacou o caráter distinto da agricultura no Nordeste, devido às secas intensas e frequentes na região.

– O Nordeste é diferente e assim deve ser tratado por nós. A inadimplência atinge atualmente 39,9% dos financiamentos rurais e o produto interno bruto agropecuário da região desde 1990 vem decrescendo.

próprio país.

Também foi autorizado, por meio do PDL 36/06, memorando de entendimento assinado entre Peru e Brasil para proteção e vigilância da Amazônia, possibilitando a integração do Peru ao Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia (Sivam). Na CRE, a matéria recebeu voto favorável do relator, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). As duas matérias vão à promulgação.

Projetos regulamentam reforma do Judiciário

Dois projetos elaborados pela Comissão Mista Especial de Reforma do Judiciário foram acolhidos pelo Plenário na última terça-feira e enviados à Câmara dos Deputados. Foi aprovado substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE) a projeto (PLS 14/06) que disciplina o deslocamento de competência para a justiça federal dos processos de graves violações contra os direitos humanos que tramitam no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Com essa possibilidade criada pela reforma, o procurador-geral da República pode solicitar ao STJ que o julgamento seja transferido da Justiça estadual para a federal. O caso de maior repercussão de pedido de federaliza-

ção com base na recente reforma do Judiciário, o do assassinato da missionária americana Dorothy Stang, teve o deslocamento de competência negado pelo STJ em junho último, por falta de regulamentação do dispositivo.

Caberá agravo à decisão de deslocamento, no prazo de cinco dias. E enquanto não for julgado o incidente, o inquérito ou o processo terá prosseguimento junto às autoridades estaduais.

Recurso ao STF só para questões relevantes

O outro projeto (PLS 12/06) restringe o uso do recurso extraordinário em ações judiciais, disciplinando o procedimento para exame das questões discutidas pelo STF no recurso extraordinário

e deixando-o apenas para questões relevantes. Recurso extraordinário é julgado pelo STF, última instância para ações envolvendo dispositivos constitucionais.

Cabe ao STF julgar em recurso extraordinário em quatro situações: quando contrariar dispositivo constitucional; se declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; no caso de julgar válida lei ou ato do governo local contestado em face da Constituição federal e, por fim, quando julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

Por uma das emendas aprovadas, haverá repercussão geral da decisão do STF sempre que o recurso impugnar sentença contrária à súmula ou jurisprudência dominante do tribunal.



Plenário lotado para votações finais na convocação extraordinária: matérias importantes aprovadas

Lewandowski será novo ministro do STF

Por 63 votos favoráveis e quatro contrários, foi acolhida pelo Plenário a indicação do desembargador Enrique Ricardo Lewandowski, do Tribunal de Justiça de São Paulo, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), em substituição a Carlos Mário Velloso.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), pediu a aprovação, ressaltando a votação unânime da Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Mercadante lembrou que Lewandowski é professor titular da Universidade de São Paulo, especializado em direitos humanos, e tem o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB).

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), considerou a indicação “estribada na isenção”, uma vez que o desembargador preenche

as condições de reputação ilibada e notável saber jurídico. Como líder da oposição, Virgílio se disse impressionado com o fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não ter optado por uma “nomeação partidária”.

O presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e o relator na comissão, Ramez Tebet (PMDB-MS), destacaram a unanimidade no mundo jurídico a respeito de Lewandowski.

Timemania é aprovada, mas voltará à Câmara

A criação de uma nova loteria – a Timemania – foi aprovada pelo Senado, que fez 13 emendas ao PLC 143/05. A arrecadação, estimada em R\$ 500 milhões anuais, é destinada a ajudar os principais times a saldar dívidas junto ao governo federal. O projeto voltou à Câmara, onde deve ser votado nesta semana.

A Timemania é uma loteria do tipo Mega Sena, que, em vez de números, utiliza uma combinação dos escudos dos clubes de futebol.

Pela proposta, os clubes poderão parcelar em até 180 meses débitos vencidos até 30 de setembro de 2005 junto à Receita Federal, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, à Previdência Social, ao INSS e ao FGTS. O relator, Romeu Tuma (PFL-SP), inseriu emenda de Flávio Arns (PT-SC) que estende o parcelamento a entidades sem fins lucrativos, e emenda de Alvaro Dias (PSDB-PR) que proíbe as vantagens da nova loteria aos times com dirigentes condenados pela Justiça.

Cidade Digital no DF pode sair do papel

O projeto de lei da Câmara (PLC 19/06) que permite a implantação da Cidade Digital em Brasília foi aprovado pelo Plenário. Por retirar do Parque Nacional de Brasília o espaço para a criação do parque tecnológico, a proposta incluiu um aumento da área de preservação ambiental, de 30 mil para 41,8 mil hectares.

O projeto do Executivo faz parte de um acordo com o Ibama, que concordou em ceder a área para o pólo em troca da ampliação do parque. A matéria começou a tramitar na Câmara em 2004, chegou ao Senado há menos de um mês e foi enviado à sanção presidencial.

A aprovação foi defendida pelo relatores nas comissões de Meio Ambiente (CMA), Paulo Octávio (PFL-DF), e Constituição e Justiça (CCJ), Edison Lobão (PFL-MA). Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ney Suassuna (PMDB-PB) lembraram que a Cidade Digital deverá receber investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões do BB e da CEF.

COMISSÕES



Da CAE, projeto que simplifica dedução no Imposto de Renda para fundos da criança foi ao Plenário

Doações deduzidas do Imposto de Renda

Depois de aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o Plenário do Senado acatou – com emendas – o projeto de lei da Câmara (PLC 51/04) que altera a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente para permitir aos contribuintes deduzir, do Imposto de Renda devido, as doações feitas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. O projeto visa desburocratizar as normas da Receita Federal para facilitar o exercício da opção pelos contribuintes para doação aos Fundos da Criança e do Adolescente e o controle da utilização dos recursos, conforme afirmou o relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Tourinho explicou que mudou o projeto já aprovado pela Câmara, mesmo sabendo que a matéria terá de voltar àquela Casa. A nova proposta, disse, não acrescenta benefício fiscal novo, mas apenas facilita a doação e faculta aos contribuintes deduzirem do

imposto devido, na declaração do IR, o total das doações feitas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

– Com a segurança de que o governo não vetará o projeto, foi um avanço muito grande – disse o relator. Ele espera ampliar a participação das empresas na opção de doação para esses fundos, que ultimamente, informou, tem atingido apenas 14%.

Os senadores elogiaram o relatório, lembrando que foi objeto de amplo acordo com os partidos e com o governo.

O projeto original da Câmara previa que as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real que fizessem as doações aos fundos teriam deduzida a percentagem de 1% do Imposto de Renda devido. Já para as pessoas físicas, o percentual seria de 6% independentemente da opção quanto à forma de apuração do ajuste anual.

Em emenda, o relator teve acatada a proposta que permitirá ao

presidente da República, por meio de decreto, definir o percentual do Imposto de Renda devido a ser deduzido para as pessoas jurídicas e limitou o percentual de 6% para as pessoas físicas, desde que optem pelo modelo completo de declaração de ajuste anual.

– Não se justifica permitir que as pessoas físicas optantes pelo modelo simplificado possam extrapolar o limite do desconto-padrão, que já é elevado e livre de qualquer comprovação – avaliou.

Tourinho quer discutir a criação da Super-Receita

Também relator da Super-Receita, Tourinho disse que apresentará requerimento à CAE para realizar audiência com as três entidades que congregam os auditores fiscais da Previdência, do Trabalho e da Receita Federal. Ele só dará seu parecer depois de esgotar a discussão sobre a unificação da estrutura de fiscalização e arrecadação fiscal e previdenciária.

Ministro explica operação tapa-buracos

O fato de empreiteiras investigadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por superfaturamento em obras públicas terem sido contratadas sem licitação pelo governo federal para a realização da operação tapa-buracos nas estradas federais foi o tema central da audiência pública com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, na CAE. Entre as empreiteiras sob investigação, estaria a Delta, doadora de recursos para campanhas petistas, segundo o senador José Jorge (PFL-PE).

O diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Mauro Barbosa, também participou da audiência, mas senadores optaram por questionar apenas o ministro.

Nascimento alegou que as escolhas obedeceram a critérios que incluíam a garantia pelas empresas de desconto de 20% sobre a tabela do Dnit e capacidade de rápida mobilização para atuar em obras em trechos próximos. Ele assegurou que o exame passou ao largo de supostas relações partidárias mantidas pelas firmas.

– Não me interessa qual empresa está fazendo o serviço. Só



Questionado pelos senadores, Nascimento garante que não haverá desvio de recursos

posso assegurar que nenhuma doou ou fará doações para minhas campanhas – observou.

Para Jefferson Péres (PDT-AM), no entanto, há de fato o risco de desvios no programa e é inadequado classificar os serviços prestados como “emergenciais”. As obras não decorrem de situações imprevistas – como a queda de uma ponte ou barreira –, mas do “descaso dos governos, o atual e anterior”, afirmou o senador. Ele lembrou que foi desviada boa parte dos R\$ 26 bilhões que deveriam ser destinados a obras emergenciais nos últimos quatro

anos, parcela de arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) que deveria ser aplicada no setor.

– Se esses R\$ 26 bilhões tivessem sido empregados, não haveria necessidade de operação tapa-buracos – disse.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) salientou que a imagem do programa perante a opinião pública é negativa, como reflexo da decisão do governo de fazer obras apressadas, segundo ele com a intenção prioritária de “agradar empreiteiros”.

Vários senadores da oposição cobraram esclarecimentos sobre denúncias veiculadas na imprensa relativas a obras já feitas que estariam rapidamente se deteriorando. Os governistas, por outro lado, aproveitaram para elogiar o ministro pelo trabalho à frente da área de Transportes.

Alfredo Nascimento rejeitou a suspeita de desvios de recursos dizendo que os serviços emergenciais serão pagos apenas depois de auditoria específica, segundo ele um tipo de cautela não adotado nas obras contratadas por licitação.

Comissão pede rapidez na aprovação do Fundeb

A Comissão de Educação (CE) enviará um ofício a todas as lideranças partidárias, solicitando a rápida votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). A sugestão de elaboração do documento, que pede a adoção de um calendário de votação da matéria, foi aprovada por unanimidade durante audiência pública com o ministro da Educação, Fernando Haddad.

Como se trata de uma PEC, a matéria será examinada somente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de seguir para o Plenário, onde será submetida a dois turnos de votação. Na audiência na CE, o relator da proposta na CCJ, senador José Jorge (PFL-PE), declarou que vai apresentar seu parecer o mais rápido possível.

– Mesmo sendo de oposição, sempre consideramos a educação uma questão suprapartidária. Não vamos atuar de forma política em relação a esse projeto – disse José Jorge, após lembrar que o PT agiu de forma diferente, ao se opor, há dez anos, à PEC

que estabeleceu o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Orçamento reserva recursos para 2006

A decisão de se enviar um ofício aos líderes foi sugerida pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que frisou a necessidade de se aprovar a proposta de criação do Fundeb antes da votação do projeto de Orçamento da União para 2006. Ela observou que o relator do Orçamento, deputado Carlito Merss (PT-SC), reservou uma dotação para o início da implantação do fundo ainda neste ano.

Autor de um dos requerimentos de convite ao ministro, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ter recebido pedidos de várias entidades para que não apresentasse emendas à proposta, o que atrasaria a aprovação pelo Senado. Mas ele afirmou ter sugerido a adoção de medidas como a definição, pelo governo, de padrões mínimos de salário e de formação para os professores, além de pedir que o Plenário não aprove a PEC de maneira leviana.



Fernando Haddad (E), Gerson Camata e Augusto Botelho debatem o Fundeb: apoio unânime para votação rápida

Haddad destaca consenso em torno do Fundeb

Na audiência pública da CE, o ministro da Educação, Fernando Haddad, ressaltou o consenso obtido nos três níveis de governo em torno da PEC que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). Haddad considerou um “documento histórico” a carta conjunta pela aprovação da proposta firmada pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

– Conseguimos despartidarizar o debate sobre a educação. Se não somarmos esforços, não construiremos um país preparado para enfrentar os desafios da modernidade – alertou.

Segundo o ministro, a aprovação da proposta na Câmara por larga margem – 457 votos contra apenas cinco – foi auxiliada pela convergência dos

três níveis da Federação e por medidas já adotadas pelo governo, que, de certa forma, teriam preparado o caminho para o Fundeb. Entre elas, a extensão da merenda escolar às creches e a gradativa implantação do programa de livros didáticos para o ensino médio.

Ao abrir a reunião, o presidente da CE, senador Gerson Camata (PMDB-ES), disse que a proposta de criação do Fundeb foi motivo de interesse de ministros de Educação de diversos países, que solicitaram maiores informações a Haddad durante recente reunião da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), da qual o senador participou juntamente com o ministro da Educação.

No Plenário, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou ser favorável à PEC, mas ressaltou que não abre mão de submetê-la a um debate “franco e esclarecedor”.

MERCOSUL

Fundo para países pobres começa a sair do papel

A garantia de aporte de recursos para as economias menores e as regiões menos desenvolvidas do Mercosul está mais próxima de se tornar realidade. Proposta com esse objetivo será analisada em reunião da representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), após o feriado de carnaval.

Trata-se de mensagem presidencial que submete ao Congresso a Decisão 18/05 do Conselho do Mercado Comum, que institui o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem). O texto já conta com parecer favorável do relator, deputado Doutor Rosinha (PT-PR), e será submetido – após a análise da CPCM – a três comissões permanentes e ao Plenário da Câmara, antes de seguir para o Senado.

O fundo será composto por contribuições anuais não-reembolsáveis de US\$ 100 milhões, quantia que será alcançada após um período de transição de três anos. Ao Brasil, que detém a maior economia, caberá contribuir com a maior cota: 70% do total. A Argentina participará com 27%, o Uruguai com 2% e o Paraguai, com apenas 1%. Os maiores beneficiados com os recursos serão o Paraguai, com 48%, e o Uruguai, com 32%. O Brasil e a

Argentina receberão 10%, cada um, das verbas destinadas aos programas.

– A criação do fundo constitui um marco histórico para o processo de integração do

Mercosul, porquanto representa iniciativa concreta, há muito reclamada pelas economias menores do bloco, no sentido de diminuir as assimetrias entre os Estados-membros – afirma Doutor

Rosinha em seu relatório. Ele lembra a existência de fundos semelhantes na União Européia.

No caso da Europa, países como Portugal e Espanha receberam forte impulso ao desenvolvimento com os recursos dos fundos estruturais. No Mercosul, serão beneficiados projetos de reorganização produtiva e trabalhista e de integração de cadeias produtivas. Poderão ainda ser beneficiadas iniciativas de natureza social, como projetos de redução da pobreza e do desemprego.

A primeira contribuição ao fundo deverá ocorrer até 90 dias depois de todos os Parlamentos do Mercosul haverem ratificado a Decisão do Conselho do Mercado Comum. O Focem terá, inicialmente, a vigência de 10 anos. Uma vez concluído esse prazo, estabelece o documento, os países do bloco discutirão a conveniência da manutenção do fundo.



Sérgio Zambiasi (C) em reunião da Comissão do Mercosul: recursos para pobres

Encontro discute agenda para criação de Parlamento comum

A agenda de instalação do futuro Parlamento do Mercosul será traçada durante encontro dos presidentes das seções nacionais da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), a partir desta segunda-feira. Durante dois dias, em Montevideu, eles definirão os próximos passos do estabelecimento do Parlamento Regional, que deverá entrar em funcionamento até 2007.

Também serão discutidos detalhes da sessão especial do Parlamento do Mercosul a ser realizada em 27 de março, em Buenos Aires, para marcar o décimo quinto aniversário de

criação do bloco econômico que une Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Durante visita a Brasília, o presidente da Comissão de Representantes do Mercosul, Carlos Chacho Álvarez, afirmou que o evento servirá para demonstrar a “vontade política dos países-membros” de fortalecer o bloco.

Em Montevideu estará também em pauta o estágio de tramitação, nos Legislativos nacionais de cada integrante, da proposta de criação do Parlamento do Mercosul. No caso do Brasil, o texto deverá ser submetido nos próximos dias pelo governo ao Congresso.

GÁS NATURAL

Marco regulatório para o gás gera polêmica

O estabelecimento de um marco regulatório para o gás natural tem colocado em lados opostos parlamentares e técnicos do governo.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defende que a expansão do sistema elétrico no país dependerá das usinas térmicas alimentadas por gás natural. Ele diz isso com a experiência de quem foi ministro de Minas e Energia de janeiro de 1999 até fevereiro de 2001 – o ano do “apagão”, crise de falta de energia que provocou blecautes no país.

Para aprimorar o funcionamento do mercado de gás natural, ele apresentou o projeto da Lei do Gás (PLS 226/05), que estabelece um marco regulatório abordando questões não tratadas de forma específica na Lei do Petróleo (Lei 9.478/97), que hoje rege o setor. Pela proposta, a política energética nacional para o gás natural visa aumentar a utilização do produto na economia. Para isso, deverá incentivar a expansão da produção e da infra-estrutura de transporte e armazenagem já existente no país. Tourinho informou que, atualmente, o gás natural representa apenas 9% da matriz energética nacional, contra a média mundial de 24%.

Ele disse que a falta de um marco regulatório para o setor provoca a concentração do mercado nas mãos da Petrobras. A estatal, salienta, é responsável por 95%



Tourinho: Brasil precisa desfrutar dos benefícios do gás natural

da produção, por 95% da comercialização do gás nacional e 90% do gás importado. A concentração da atividade, para Tourinho, limita os benefícios ambientais e econômicos que a utilização do gás natural pode gerar.

A Lei do Gás deverá acabar com as autorizações para construção e uso dos dutos e passará a dar concessões. Tal medida, diz, dará mais segurança ao investidor, já que a autorização atual pode ser revogada a qualquer momento pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Já a concessão ficaria protegida pela Lei das Concessões, o que garantiria o retorno para o investidor.

A proposta tramita na CCIJ, em conjunto com dois outros projetos do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), sobre o mesmo assunto.

Diretor da Petrobras faz críticas à proposta

O diretor da área de Gás e Energia da Petrobras, Ildo Sauer, disse recentemente que a estatal vai rever seus projetos de investimentos no setor de gás natural no país caso o projeto da Lei do Gás, do senador Rodolpho Tourinho, seja aprovado no Congresso como foi proposto. A Petrobras prevê investimentos de US\$ 14 bilhões até 2010, considerando os parceiros em projetos de exploração e produção de gás natural e de construção de gasodutos.

Sauer encaminhou carta a Tourinho com as críticas da companhia à Lei do Gás. Segundo ele, a Petrobras considera que o projeto apresentado pelo senador sobre a indústria do

gás natural compromete os investimentos na expansão da infra-estrutura de transporte do combustível no país.

A Petrobras refuta o argumento, contido na proposta do senador, de que a concentração do setor de gás impõe um ônus ao Estado. A estatal afirma que rendeu dividendos à União de um terço do lucro líquido de R\$ 18 bilhões apurado em 2004.

O diretor critica ainda o fato de o projeto não estabelecer um período de exclusividade de utilização da infra-estrutura de transporte, os gasodutos, “pelos carregadores que construíram o duto e assumiram os riscos do mercado”. A proposta da estatal é de que seja dado a quem investe nos gasodutos um prazo

de aproximadamente 15 anos de exclusividade na operação.

A Petrobras avalia também que os regimes de concessão e de licitação para o transporte de gás natural, previstos na proposta do senador, tornam o processo moroso e podem inviabilizar as decisões de investimento. Para a estatal, o regime jurídico atual deve continuar a vigorar, com autorização pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Sauer afirmou que a estatal discorda da proposta do senador, que prevê que a empresa proprietária de ativos de transporte deverá se desfazer deles, ficando coligada a uma nova empresa detentora dos gasodutos.

Plenário elogia postura de diálogo do senador

O senador Rodolpho Tourinho rebateu em Plenário as críticas do diretor da Petrobras Ildo Sauer e leu editorial publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, defendendo seu projeto sobre gás natural.

– As críticas seriam até aceitáveis se fossem restritas à parte técnica, mas são injuriosas. Alguém que só tem feito mal à Petrobras e ao país tenta me injuriar, embora não consiga fazê-lo. Não discutirei com ele porque acho que não tem categoria moral para discutir o assunto – afirmou o senador.

Vários senadores se solidarizaram com Tourinho. O presidente Renan Calheiros também ressaltou a seriedade e a competência de Tourinho. César Borges (PFL-BA) disse que o governo não pode utilizar “um diretor de segundo escalão” para falar a respeito de projeto tão importante para o país.

Segundo o senador Antonio Carlos Magalhães

(PFL-BA), o próprio líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), repetidas vezes tem destacado a importância da atuação de Tourinho no Senado. Na mesma linha, o presidente do PSDB, Tasso Jereissati (CE), lembrou que até o governo costuma pedir a Tourinho para relatar projetos polêmicos.

O senador Flávio Arns (PT-PR) testemunhou que Tourinho usa o diálogo como base nos relatórios que prepara. O líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), que relatará o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, antecipou que buscará Tourinho para construir um melhor texto para o projeto.

Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou que a experiência adquirida por Tourinho – ex-ministro de Minas e Energia – o credencia como um dos principais nomes do Congresso para debater essas questões.

ORÇAMENTO Com apresentação do parecer final, começa esta semana fase mais crítica de tramitação da proposta

Falta de dinheiro dificulta acordos

A fase mais complicada de tramitação do projeto da lei orçamentária de 2006 começa esta semana com a apresentação do parecer final do deputado Carlito Merss (PT-SC), relator-geral do Orçamento. É nessa hora que a corda estica e as tensões aumentam. Até o relator já se conformou que o substitutivo ao projeto do Executivo seja aprovado na Comissão de Orçamento, na melhor das hipóteses, depois do carnaval.

A razão não é só regimental: como sempre, o dinheiro é curto para o volume de pedidos. Só as indicações dos relatores setoriais alcançam R\$ 20 bilhões. Ou seja, esse é o montante que ficou para ser negociado na etapa do relatório geral. Pelas contas de Merss, só uma pequena parte desse valor está incluída nos R\$ 12,6 bilhões reservados para as prioridades negociadas no Congresso.

A absorção do salário mínimo de R\$ 350 nas contas da Previdência, por exemplo, deve consumir R\$ 5,7 bilhões desse total, e o reajuste do funcionalismo deve custar mais R\$ 3,5 bilhões além do R\$ 1,5 bilhão previsto no projeto do Executivo. Há ainda o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), em tramitação no Senado, que levaria outros R\$ 500 milhões, os gastos com a saúde, outro R\$ 1,1 bilhão, e, por fim, a questão que deve gerar a maior polêmica: o ressarcimento aos estados exportadores (Lei Kandir), com mais R\$ 1,8 bilhão.

Portanto, se a soma desses gastos prioritários for subtraída do acréscimo na arrecadação federal, de R\$ 15,2 bilhões, obtidos com a última revisão feita pelo Comitê de Receita (*ver matéria ao lado*), restaria apenas R\$ 1,6 bilhão para acomodar todas as outras pressões. Isso dá uma idéia da ginástica contábil que o relator terá que exercitar para fechar acordos e viabilizar a votação do Orçamento deste ano.

Há pedidos de que o relator não terá como se esquivar. É o

caso das Forças Armadas, aponta Merss, entre as quais a Marinha, que está em pior situação. O projeto de lei orçou R\$ 1,1 bilhão dos R\$ 2,5 bilhões solicitados pela força. Só que ficou fora da proposta do governo o programa emergencial, no valor de R\$ 290 milhões anuais aplicados ao longo de quatro anos, para evitar o total sucateamento da frota naval brasileira.

Sem reparos e sem combustível suficiente para o patrulhamento contínuo da costa brasileira, os navios se deslocam apenas para os locais essenciais e o atendimento de demandas específicas, criando "vulnerabilidade estratégica", segundo informações da sua assessoria no Congresso. Os recursos emergenciais foram pedidos pelo relator setorial, deputado Amauri Gasques (PL-SP).

Mas a penúria compromete a incorporação de recrutas no projeto Soldado Cidadão, uma das ações do governo para inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho. A meta de 100 mil recrutas custaria R\$ 350 milhões aos cofres do Tesouro este ano. Mas só há dinheiro para incorporar a metade desses jovens.

A Aeronáutica teve que desacelerar o seu programa de reaparelhamento e modernização de aeronaves. Recebeu R\$ 300 milhões no projeto de lei e, só para pagar os seus contratos com a Embraer, na aquisição de aviões Supertucano, teria que desembolsar cerca de R\$ 250 milhões este ano. O resultado foi cortar pela metade a programação de entrega, inicialmente, de três aeronaves em média por mês.

As queixas, porém, vêm de quase toda a Esplanada dos Ministérios. Para Merss, a Funasa reclamou dos cortes nas verbas para o combate a doenças como dengue e malária. A Eletronorte não concorda com os remanejamentos de R\$ 110 milhões feitos pelo relator setorial nos investimentos da estatal. E há apelos como o dos auditores do trabalho, que reclamam da falta de verba para fiscalizar.



Merss (E): depois do carnaval projeto deve ser aprovado na comissão, presidida por Mestrinho (D)

Comissão revisa previsão de arrecadação

Com um aumento de R\$ 5,2 bilhões em relação à primeira estimativa da Receita Federal, feita em dezembro de 2005, a Comissão de Orçamento aprovou na quarta-feira a segunda e última revisão da arrecadação da União deste ano, num total de R\$ 15,2 bilhões. (*Ver tabela abaixo.*)

A margem de 20% sobre esse valor, autorizada pelo Comitê de Receita em função do aumento de

eficiência esperado da unificação das estruturas de arrecadação fiscal e previdenciária, com a criação da Super-Receita, foi abandonada na última hora diante da ameaça do governo de ampliar o contingenciamento.

A nova estimativa foi obtida, principalmente, pelo impacto que a nova tabela do Simples deve proporcionar aos cofres da Previdência, compensando

assim a renúncia fiscal decorrente da atualização das faixas de enquadramento das micro e pequenas empresas no sistema de tributação simplificada. Também ajudou a revisão do preço médio do barril do petróleo, melhorando as projeções da Agência Nacional do Petróleo (ANP) para as suas receitas. Outra contribuição importante veio do aumento da venda dos estoques do Funcafé.

Nova estimativa da receita em 2006 (em R\$ mil)

	Relatório		
	Primeiro	Segundo	Varição
RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRF - LÍQUIDO (A)	8.485.054	10.067.794	1.582.740
Acréscimo de Receitas	11.365.805	13.949.861	2.584.055
Transferências de Receitas a Estados e Municípios (-)		(3.882.066) ⁽²⁾	(1.001.315)
ACRÉSCIMOS EM OUTRAS RECEITAS (B)	1.504.644	5.185.124	3.680.480
Dividendos	476.836	476.836	0
Taxa de Fiscalização das Telecomunicações	136.071	136.071	0
Receitas da Previdência (Lei 11.196/05 e MP 275/05)	(197.111)	3.126.908	3.324.019
Parcelamento de Débitos Municipais	540.889	540.889	0
Ganho com Reajuste do Salário Mínimo	0	204.039	204.039
Simples	(738.000)	2.381.980 ⁽³⁾	3.119.980
Bônus de Assinatura de Contrato de Concessão	1.088.849	1.063.013	-25.836
Royalties na Produção de Petróleo e Gás Natural	0	(157.827)	(157.827)
Arrecadação Bruta	0	(580.616)	(580.616)
Transferências a Estados e Municípios (-)	0	(422.789)	(422.789)
Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural	0	480.124	480.124
Arrecadação Bruta	0	960.249	960.249
Transferências a Estados e Municípios (-)	0	(480.124)	(480.124)
Alienação de Estoques Estratégicos - Funcafé	0	60.000	60.000
ACRÉSCIMO DE RECURSOS LÍQUIDOS (A)+(B)	9.989.698	15.252.919	5.263.221

(1) Não considera a revisão da tabela de incidência do Imposto de Renda Pessoa Física, apenas perdas com o novo Simples, segundo a estimativa anterior

(2) Já considera a renúncia decorrente da revisão da tabela de incidência do Imposto de Renda Pessoa Física e as alterações da MP 275/05

(3) Incorpora as alterações contidas na MP 275/05 (alíquotas e distribuição da arrecadação por tributo)

Fonte: Consultorias de Orçamento

Paim defende reivindicações de aposentados

Há no país, de acordo com Paulo Paim (PT-RS), 25 milhões de aposentados e pensionistas que, além de seus próprios votos, seriam capazes de in-

fluenciar os de outros 50 milhões de eleitores. Para o parlamentar, isso torna plausível a aprovação no Congresso de suas reivindicações, uma vez que este é um ano de eleições. Entre as demandas está a extensão do aumento concedido ao salário mínimo, de 16,67%, a todos os aposentados e pensionistas que ganhem acima do novo piso de R\$ 350.

Paim falou durante reunião promovida na terça-feira pela comissão do Congresso que visa a uma política de reajustes

para o salário mínimo. Participaram do encontro entidades que representam aposentados e pensionistas. Uma das questões apresentadas foi a redução, ao longo dos anos, do poder de compra desse grupo.

Paulo José Zanetti, vice-presidente do Sindicato Nacional de Aposentados da Força Sindical, estima que 16 milhões de aposentados e pensionistas recebem exatamente o valor do salário mínimo. Para quem ganha mais que o mínimo, disse Zanetti, o governo pretende dar um aumento de 4% em maio.

Paim: poder de influência eleitoral dos aposentados justifica aprovação de suas demandas no Congresso

Fazenda evita novos critérios para compensação da Lei Kandir

O governo não aceitou discutir a proposta do deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA) que fixa novos critérios para o rateio dos recursos para ressarcir os estados exportadores pelas perdas com as isenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), como determinado pela Lei Kandir. Ele informou ao **Jornal do Senado** que irá relatar na reunião da Comissão de Orçamento, prevista para terça-feira, o resultado do seu encontro com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Murilo Portugal, e o secretário da Receita, Jorge Rachid, na última quarta-feira.

– A Fazenda não previu recursos para a Lei Kandir no Orçamento e

resiste a pagá-los. Prefere que os estados negociem a constituição de um fundo onde a União aportaria apenas parte dos recursos – lamentou o deputado, que foi relator setorial de Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.

O Conselho de Política Fazendária aprovou na semana passada a proposta para projeto de lei prevendo o repasse de pelo menos R\$ 8,27 bilhões anuais para compensar a desoneração tributária nas exportações de produtos primários e semi-elaborados. Os secretários e governadores devem pedir essa quantia ao relator do Orçamento, que, por enquanto, assegurou R\$ 5,2 bilhões, valor próximo ao de 2005.



CRISE POLÍTICA Novas convocações relacionadas com a “lista de Furnas” devem ser decididas nesta semana

Dimas nega tudo, mas PT mantém suspeitas

Como esperado, o ex-diretor de Furnas Centrais Elétricas Dimas Toledo repetiu à CPI dos Correios o depoimento que prestara à Polícia Federal, e negou que seja verdadeira a “lista de Furnas”, documento que aponta 156 políticos do PSDB, PFL, PTB, PL e PP como beneficiários de suposto desvio de recursos da estatal na campanha de 2002. Também negou conhecer o responsável pela divulgação do documento, Nilton Monteiro.

– Quero negar veementemente qualquer participação na elaboração dessa lista. Isso tudo foi feito para manchar o nome de pessoas e empresas – alegou o ex-diretor, que também disse serem falsas as declarações do deputado cassado Roberto Jefferson, que confirmou ter recebido de suas mãos R\$ 75 mil apontados na lista.

Dimas Toledo afirmou que só conheceu Roberto Jefferson em 2005, três anos depois do período coberto pela lista. Confirmou que esteve na casa do ex-deputado no ano passado, mas negou que o encontro tivesse o objetivo de acertar um esquema, como denunciou Roberto Jefferson.

O depoente confirmou ainda ter mantido “contatos institucionais” com o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e com o ex-secretário-geral da legenda, Silvio Pereira. Os dois então dirigentes petistas, segundo Dimas, estiveram em Furnas para conhecer os cargos que estavam à disposição do governo.

O deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP) salientou ter constatado lacu-

nas no depoimento sobre as circunstâncias do encontro com Roberto Jefferson. O ex-diretor explicou que foi informado por terceiros que o ex-deputado queria conversar com ele sobre nomeações em Furnas, mas não soube responder a Cardozo quem o indicou ao ex-deputado.

Ao explicar por que conversou com o então presidente do PTB sobre os mecanismos de controle dos contratos na estatal, o ex-dirigente alegou que o assunto “surgiu no meio de uma explanação sobre Furnas”.

– Roberto Jefferson disse a esta CPI que a razão pela qual ele indica cargos é para a arrecadação de recursos para campanhas eleitorais. Logo, se ele efetivamente manteve o senhor no cargo é porque via no senhor uma máquina arrecadadora para ele ou para o seu partido – concluiu Cardozo, que também chamou atenção para o fato de as empresas dos dois filhos de Dimas Toledo terem firmado contratos com Furnas.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) criticou a convocação do ex-diretor de Furnas antes de a CPI ter ouvido o principal acusador de Dimas Toledo, o lobista Nilton Monteiro, que já teve o depoimento aprovado pela comissão desde agosto.



Dimas teria conversado com Roberto Jefferson sobre nomeações em Furnas

PSDB desqualifica lobista e vê indícios de fraude na lista

O depoimento do ex-diretor de Furnas Dimas Toledo foi acompanhado de perto pelos parlamentares do PSDB, partido que tem vários políticos apontados como supostos beneficiários da “lista de Furnas”, de autenticidade questionada.

Além dos membros da CPI, estiveram presentes durante toda a reunião o presidente do partido, senador Tasso Jereissati (CE), e o líder do partido no Senado, Arthur Virgílio (AM).

Com base no fato de Dimas Toledo ter negado a autoria da lista, os tucanos argumentaram que o documento é falso. E apontaram o que seriam inconsistências da lista: nomes de políticos que não concorreram às eleições de 2002 como beneficiários, erros de grafia, e até mesmo a expressão “recursos

não contabilizados”, que só teria caído no uso popular em 2005, depois de ter sido usada pelo ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para se referir ao dinheiro que recebeu do empresário Marcos Valério.

No mesmo sentido, Arthur Virgílio desqualificou o lobista Nilton Monteiro, informando que ele é processado por roubo, estelionato, falsificação de documentos e fraude ao INSS. Nilton Monteiro declarou à imprensa ter provas da veracidade da lista, e já teve sua convocação aprovada pela CPI.

Os parlamentares de oposição também aproveitaram o depoimento de Dimas Toledo para cobrar manifestação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sobre a autenticidade da “lista de Furnas”.

CPI pode convocar lobista e ministro



A análise do requerimento que convoca o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e a definição do depoimento do lobista Nilton Monteiro, responsável pela divulgação da chamada “lista de Furnas”, ficaram para esta semana, depois do cancelamento da reunião administrativa da CPI dos Correios da última terça-feira.

Parlamentares pressionam pela convocação do ministro, de quem cobram uma posição oficial sobre a lista, que tem a autenticidade questionada e comprometeria políticos de partidos de oposição. Eles também indagam sobre o andamento das investigações nas contas do publicitário Duda Mendonça.

O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), não acha oportuna a convocação. Argumenta que é preciso confirmar a veracidade da lista, já que o ministro declarou que precisa saber se o documento é autêntico antes de fazer qualquer comentário sobre o assunto.

– Uma eventual convocação do ministro não vai acrescentar muita coisa, até porque precisamos antes saber da Polícia Federal se a lista é real ou não – afirmou Delcídio.



Delcídio (C) acha inoportuno convocar Thomaz Bastos antes que fique determinada a autenticidade ou não da “lista de Furnas”

O procurador parlamentar da Câmara, deputado Ney Lopes (PFL-RN), declarou que vai ingressar com ação penal contra os responsáveis pela divulgação da lista pela Internet. O deputado

disse ter encaminhado a todos os parlamentares citados no documento uma procuração para representá-los na Justiça.

A CPI também pode chamar novamente o deputado cassado Roberto Jefferson. À Polícia Federal, ele confirmou ter recebido do ex-diretor de Furnas, Dimas Toledo, a quantia de R\$ 75 mil.

Relatório sobre fundos deve sair no dia 13

A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, da CPI dos Correios, ouviu do diretor administrativo e financeiro da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer), Paulo da Silva Leite, a confirmação de um suposto esquema para desviar R\$ 19 milhões para o PT. Ele informou que estava presente quando o esquema foi denunciado à Secretaria de Previdência Complementar

por um colega seu. Mas, de acordo com o sub-relator, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), o esquema não teria sido concretizado.

ACM Neto informou que pretende investigar os investimentos dos fundos nos bancos BMG e Rural – envolvidos no valerioduto – para verificar se foram beneficiados, e confirmou que apresentará seu

relatório no dia 13 de março.

A sub-relatoria ouviu durante a semana Carlos Guerra, da Santos Asset Management, parte do Banco Santos; os donos da corretora Quality, David Fernandez e Marcos Fiouri; o ex-gerente do Real Grandeza Benito Siciliano; o presidente da Centrus, Pedro Alvim; e o diretor do Portus, Adrei Degasperi.

Dono da Aeropostal diz que sócio “usou” empresa

O dono da Aeropostal, Sérgio Vignoli, disse à Sub-Relatoria de Contratos, da CPI dos Correios, que a empresa foi “usada” pelo sócio Roberto Kfoury, também investigado pela CPI. A Aeropostal é acusada de ter participado de licitação de transporte aéreo dos Correios para simular competitividade, já que não tinha condições de ganhar o contrato. Vignoli negou conhecer o esquema. A sub-relatoria também ouviu Gilberto Setúbal e Dinaldo Galindo, funcionários do grupo que controla a companhia aérea Beta. Os dois negaram que a empresa tenha pago propina aos Correios. A CPI ainda desconfia que a Beta tenha sonegado imposto e desviado créditos de ICMS.

PF localiza Lúcio Funaro, que depõe na segunda-feira

A Polícia Federal localizou o operador de mercado Lúcio Bolonha Funaro, que já faltou duas vezes ao depoimento na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, da CPI dos Correios. Funaro é ligado às corretoras que mais lucraram em negociações irregulares com fundos de pensão, além de ser considerado o verdadeiro dono da empresa Guaranhuns, que repassou mais de R\$ 6 milhões do valerioduto para o PL. Ele depõe nesta segunda-feira, quando a sub-relatoria também ouve a nora de Haroldo Pororoca, Rogéria Costa Beber. No decorrer da semana, a sub-relatoria vai ouvir ainda representantes dos fundos Previ, Funcef e Petros e das corretoras de títulos Cruzeiro do Sul e Brasil Central.

Conselho pede cassação de Magno e inocenta Henry

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprovou, na última quinta-feira, por 10 votos a 3, relatório do deputado Jairo Carneiro (PFL-BA) que recomenda a cassação do deputado João Magno (PT-MG). O petista reconheceu ter recebido R\$ 426 mil do caixa dois do PT por intermédio do empresário Marcos Valério. O processo agora segue para o Plenário.

João Magno reagiu à decisão. Afirmou que o relator adotou critério diferente ao opinar sobre situação semelhante na representação contra o deputado Roberto Brant (PFL-MG), há algumas semanas. Na ocasião, Jairo Carneiro apontou circunstâncias atenuadoras para defender voto contra a cassação. O caso foi relatado pelo deputado Nelson Trad (PMDB-

MS), cujo parecer pró-cassação só foi aprovado com o voto de desempate do presidente do conselho, deputado Ricardo Izar (PTB-SP).

Em reunião na terça-feira, o conselho aprovou, por 9 votos a 5, o relatório que pediu o arquivamento do processo contra o deputado Pedro Henry (PP-MT). O pedido segue agora para o Plenário da Casa.

CRISE POLÍTICA Julier Sebastião, da Justiça Federal de Cuiabá, enfrenta forte reação dos tucanos na CPI dos Bingos

FOTOS: JOSÉ CRUZ

Garibaldi (D) ouve relato em que Julier aponta suposta ligação do PSDB de Mato Grosso com o crime organizado. Antero desmente e anuncia queixa-crime contra o juiz

Tensão no depoimento de juiz à CPI



Em quase seis horas de acirrada discussão, o juiz da 1ª Vara da Justiça Federal de Cuiabá (MT), Julier Sebastião da Silva, convidado para depor à CPI dos Bingos na última quinta-feira, travou intensa discussão com o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que é citado em processo de investigação do crime organizado no estado de Mato Grosso.

O senador negou que tenha recebido qualquer colaboração de organização criminosa e apresentou a prestação das contas do comitê financeiro único do PSDB, que teriam sido todas aprovadas.

Julier afirmou que o PSDB teria recebido dinheiro de caixa dois para campanhas eleitorais por meio de empresas de *factoring* de João Arcanjo Ribeiro, conhecido como Comendador, preso em abril de 2003 no Uruguai, onde aguarda extradição.

– Os indícios que ligam Antero ao crime organizado são contravenções financeiras, cheques, depósitos e depoimentos prestados ao longo da instrução criminal pelos principais membros da organização criminosa de João Arcanjo – afirmou o juiz.

Segundo Julier – que disse ater-se aos autos instaurados –, há laudo apontando o repasse de R\$ 240 mil da organização de Arcanjo para a campanha do

senador tucano.

Dois inquéritos policiais e uma notificação à Procuradoria Geral da República estão em andamento, segundo o juiz, para investigar a suposta ligação do senador Antero com a organização criminosa de Mato Grosso.

Antero nega acusação e desqualifica o juiz

O senador Antero Paes de Barros afirmou que não existe legislação que proíba pessoa jurídica de trocar cheques em *factorings*, reconhecendo que o PSDB realizou "operações de fomento" com a empresa de Arcanjo.

Em sua defesa, o senador também apresentou dossiê em que desqualifica o juiz.

– Nem ele [o juiz], nem ninguém pode me ligar ao crime organizado, porque ninguém na Justiça ou na política brasileira combateu mais o Comendador Arcanjo do que eu. O juiz não veio à CPI para contribuir com as investigações, mas porque é petista e o PT quer criar o dossiê Antero, uma vez que fui eu quem denunciou Waldomiro Diniz, Cachoeira, Meirelles, Roberto Teixeira, Okamoto e outros ligados ao partido – assinalou.

No dia do depoimento, o Tribunal Regional Federal acolheu queixa-crime apresentada pelo senador contra o juiz, por calúnia, difamação e injúria.

– É um juiz mentiroso. Também vou encaminhar requerimento ao

Conselho Nacional de Justiça e ao Ministério Público Federal para que averiguem atos de improbidade administrativa cometidos por ele – completou.

Antero lembrou que o juiz Julier – que se desfilou do PT quando assumiu a magistratura – seria muito amigo de Alexandre César, candidato do PT nas eleições para o governo do estado e a prefeitura de Cuiabá.

Julier considerou "normal" a reação do senador. "Os investigados, réus e denunciados geralmente se utilizam desse tipo de desqualificação contra aquele que vai julgar sua causa", declarou.

Devido ao tumulto, o depoimento do procurador José Pedro Taques foi adiado.

Divergências da CPI do Banestado voltam à cena durante audiência

As acusações levantadas durante o depoimento do juiz Julier Sebastião da Silva à CPI dos Bingos criaram um forte clima de tensão entre senadores da oposição e governistas. A CPI do Banestado, presidida por Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e que teve como relator o deputado José Mentor (PT-SP), esteve no centro das discussões.

Mentor apresentou ao juiz de Mato Grosso seu relatório, que não foi aprovado pelo plenário da CPI, em que apontaria procedimentos do presidente da comissão para prejudicar as investigações.

– É um lixo! Um lixo de um bandido que é o José Mentor, um gângster! – bradou o senador.

Antero apresentou seu voto em separado à CPI do Banestado, em

que dedicou mais de 30 páginas ao caso do Comendador Arcanjo, pedindo, entre outras coisas, a fiscalização das empresas de *factoring* do ex-policial civil.

Após receber o relatório de Mentor, que também citava o Comendador, Julier teria encaminhado os autos ao procurador-geral da República, cumprindo o que diz a lei, segundo o juiz.

O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais (PFL-PB), explicou que, por não ter sido votado no plenário da comissão, o relatório da CPI do Banestado não tem valor jurídico, e deve ser encarado apenas como uma obra individual do deputado. Efraim, que teve de encerrar a reunião devido ao grande tumulto, também considerou o depoimento satisfatório.

Relatório de José Mentor, não aprovado pela CPI, foi entregue ao juiz

Tucanos defendem Antero e fazem acusações ao PT

Os senadores da oposição defenderam as colocações feitas por Antero de Barros à CPI dos Bingos. Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), o senador de Mato Grosso mostrou, durante a reunião, "como um homem de bem se defende".

Virgílio registrou que foi o próprio Antero quem havia denunciado João Arcanjo Ribeiro, o Comendador – por financiar campanhas eleitorais via uma empresa de *factoring* –, antes mesmo de o juiz Julier ter condenado o empresário.

O líder tucano comentou ainda que pediu ao juiz que assinasse, antes de seu depoimento, um termo de compromisso com a verdade. O juiz, disse o senador, negou-se a assinar o documento, alegando que a Lei Orgânica da Magistratura Nacional proibiria ato dessa natureza.

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que não há como se admitir que alguém possa julgar sob

suspeição, fazendo referência ao juiz por ter selecionado peritos de sua família para atuar em alguns processos e por sua relação de amizade com Alexandre César, que disputou a prefeitura de Cuiabá e o governo de Mato Grosso pelo PT.

Para o líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), as investigações em Mato Grosso levaram ao crime organizado – um dos focos da CPI –, mas também acabaram por demonstrar financiamento ilegal de campanha pelo PSDB.

– O mais importante é discutir o que está nos autos dos crimes cometidos por Arcanjo. Não se pode querer desqualificar o juiz para mudar uma sentença que está em curso – observou Ideli.

A parlamentar reclamou de gestos e manifestações de Arthur Virgílio com relação a ela e à se-

nadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). "É um descontrole incompatível com a CPI", assinalou. O líder do PSDB pediu desculpas por ter saído de "seu normal", complementando que não aceitava que alguém pudesse duvidar da honra de Antero.

Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou os ataques da oposição contra o Partido dos Trabalhadores (PT).

– A enorme maioria dos petistas é de pessoas que têm a ética como de fundamental importância. Não aceitamos essas acusações contra o partido – frisou Suplicy.

Foi Tião Viana (PT-AC) quem propôs o fim da audiência.

– A tensão se instalou entre os dois Poderes. Não iremos concluir mais nada a partir deste momento – afirmou, ao pedir o fim do depoimento.

Senadores petistas repudiam as agressões dos opositoristas

Argumentos de empresários de jogos de bingo não convencem Garibaldi

O presidente da Associação Brasileira dos Bingos (Abrabin), Olavo Sales da Silveira, informou à CPI dos Bingos que somente em 14 estados os bingos conseguiram concessões para funcionar. Nos demais, as autorizações foram obtidas por meio de liminares na Justiça.

Segundo Silveira, antes da MP 168/04, que proibiu os jogos de bingos, a Abrabin representava 560 associados. Hoje, eles não passam de 250. O depoente tentou convencer os senadores de que já é possível registrar no sistema todas as cartelas jogadas, com total lançamento

do volume movimentado nas casas de jogos. Disse ainda que os bingos não estão ligados ao crime organizado.

– Não acreditamos nessa santidade dos bingos. Ficamos desinformados do que possa estar acontecendo nessas empresas, cujo faturamento é difícil de se

apurar – afirmou o relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Garibaldi questionou o fato de a Abrabin assumir doação de R\$ 93 milhões para institutos esportivos, que dizem ter recebido R\$ 18 milhões, em 2005.

Também em depoimento à CPI, o empresário Rui Fran-

cisco, sócio dos portugueses Artur José Valente e José Paulo Teixeira – apontados por Rogério Buratti como responsáveis pela doação de R\$ 1 milhão à campanha presidencial do PT –, negou qualquer envolvimento de suas empresas com o crime organizado.

PLENÁRIO

Simon teme que acordos venham a esvaziar CPIs

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse lamentar que o PT e o PSDB estejam “priorizando o corporativismo político em detrimento dos trabalhos das CPIs que apuram denúncias contra integrantes de ambos os partidos”. Simon entende que, com a possível paralisação dos trabalhos do Congresso por conta do período pré e pós-carnaval, as convocações de denunciados nas CPIs dos Correios e dos Bingos dificilmente ocorrerão.

Simon frisou, a propósito, que muitos parlamentares denunciados na então CPI do Mensalão, cujos processos de cassação

foram aprovados pelo Conselho de Ética da Câmara, poderão ser salvos “por um grande acordo, em que PT e PSDB tentam livrar os meus e os teus”.

– Na CPI dos Correios, pedi e me foram negados os arquivos da CPI do Banestado, para confrontar apurações. Poderíamos não ter precisado de três CPIs; só uma traria os fatos à tona – disse.

Em apartes, o presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), e o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), garantiram que a comissão entregará o relatório final até 25 de abril.

Aniversário do PT provoca polêmica no Plenário

A comemoração do aniversário de fundação do Partido dos Trabalhadores, que fez 26 anos no dia 10 de fevereiro, provocou debates acirrados no Plenário durante a semana. Enquanto os parlamentares de oposição criticaram duramente a festa, que contou com a participação do presidente Lula, os governistas louvaram o legado do PT.

Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), Lula demonstrou complacência com a corrupção ao usar o ditado “errar é humano” ao se referir a escândalos envolvendo integrantes do PT.

O senador Alvaro Dias (PSDB-

PR) afirmou que a data da festa petista é agora o “dia nacional da impunidade”. Os senadores José Agripino (PFL-RN), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Mão Santa (PMDB-PI), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Almeida Lima (PMDB-SE) também protestaram.

Em defesa do partido, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que as críticas e acusações não podem ser estendidas a todos os integrantes do PT.

– O partido vai superar a atual fase e retomar seus compromissos históricos, a luta pela justiça social, a democracia e a ética.

Oposição critica distribuição de recursos orçamentários

As críticas da oposição ao governo Lula também se endereçaram, na última semana, à forma como o Planalto distribuiu os recursos orçamentários.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) classificou como retaliação política o fato de, segundo ele, o estado da Bahia, governado por Paulo Souto, do PFL, ter recebido apenas 4% das verbas liberadas no ano passado.

Já Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que o dinheiro anunciado

não chega ao Piauí, estado governado pelo petista Wellington Dias.

Tião Viana (PT-AC), por sua vez, contestou as informações citadas pelos opositores – publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*. Para ele, os números não são corretos, por não incluírem gastos com saúde e educação, por exemplo. Ele apontou para verbas destinadas para várias obras em estados não governados por petistas, e que não foram mencionadas pelo jornal.

Alvaro Dias: índices do Brasil são inaceitáveis

Alvaro Dias (PSDB-PR) levou ao Plenário, na sexta-feira, informações publicadas pela revista *The Economist* que colocam o Brasil em último lugar, com crescimento anual de 1%, numa relação de 32 países emergentes. A comparação foi feita entre o produto interno bruto (PIB) do terceiro trimestre de 2005 e o do mesmo período de 2004.

O senador explicou que, nesse levantamento, o México apresenta taxa de crescimento de 3,3%; a China, de 9,9%; a Índia, de 8%; a Rússia, de 7%, e a Argentina, de 9,2%. Para Alvaro Dias, o Brasil está exibindo indicadores inaceitáveis, com a *performance* mais pífia da América Latina e Caribe, excetuado o Haiti. Ele citou o tributarista Ives Gandra Martins para dizer que o Brasil só cresce “por força do efeito maré da economia internacional,



JOSE CRUZ

Taxa de crescimento anual de 1% do país é a pior da América Latina e Caribe, excetuado o Haiti, atesta Alvaro Dias

mas é o mais pesado de todos os barcos, por isso, anda a reboque das demais economias”.

Na opinião de Alvaro Dias, com essa política econômica, o governo Lula está submetendo o brasileiro a um prejuízo irreversível. Ele acusou o governo de estar aplicando cada vez menos

e de forma pior recursos públicos que poderiam estar servindo para desenvolver o país. Segundo o senador, em 2004, o presidente Lula aplicou apenas 0,8% do PIB em investimentos públicos. Em 2005, enfatizou o parlamentar, esse percentual baixou para 0,5% do PIB.

Saturnino defende ajuda do Brasil ao Haiti

A permanência das tropas brasileiras no Haiti foi defendida pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ). Para ele, este é um gesto de solidariedade a um país muito mais pobre que o Brasil e que tenta se reerguer. O senador foi observador nas eleições haitianas e disse ter testemunhado o apoio à presença brasileira e o grande interesse da população em votar. Além de manter a ordem, os brasileiros têm cooperado com a recuperação dos serviços públicos, ao executar obras diversas.

Mozarildo apóia criação de zonas de livre comércio

A implantação imediata de duas zonas de livre comércio em Roraima – a de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, e a de Bonfim, município que faz limite com a Guiana – voltou a ser pedida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). As novas áreas de livre comércio, salientou, ficariam subordinadas à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Segundo Mozarildo, a criação dessas duas zonas de livre comércio irá intensificar o comércio entre o Brasil e aqueles dois países, gerando emprego e renda.

Maciel destaca trabalho realizado na convocação

O senador Marco Maciel (PFL-PE) enalteceu, na sexta-feira, o trabalho realizado pelo Senado durante a convocação extraordinária, com votações em Plenário e nas comissões. Segundo ele, o período foi marcado pela aprovação de matérias relevantes, como a proposta de emenda à Constituição que acaba com a verticalização, e pela promulgação de emendas constitucionais como a que quebrou o monopólio da União na fabricação de radioisótopos.

Sérgio Zambiasi anuncia início da Festa da Uva

O início da Festa da Uva, na última sexta-feira, em Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, foi registrado pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). A festa tem sua 26ª edição. Segundo ele, vai até o dia 5 de março e reunirá 400 expositores, que irão mostrar o que há de melhor na produção da uva e de vinhos nacionais.

– Com o tema “Alegria de estarmos juntos”, a festa irá homenagear na edição deste ano os diferentes povos e culturas do município – afirmou Zambiasi.

Presidência



CARLOS RUDINEY

Fim do nepotismo

Renan Calheiros recebeu na segunda-feira o presidente nacional da OAB, Roberto Busato, e presidentes de seccionais da entidade, que entregaram um abaixo-assinado pedindo a aprovação da PEC 334/96, em tramitação na Câmara, para acabar com o nepotismo nos três Poderes. Renan se disse favorável à proposta. Na quinta, o Supremo Tribunal Federal manteve uma resolução do Conselho Nacional de Justiça determinando o fim da prática no Judiciário.

Regularização fundiária

Representantes dos Sindicatos das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais (Secovi) foram recebidos na terça-feira por Renan Calheiros, a quem solicitaram apoio para o projeto que trata do parcelamento do solo e da regularização fundiária e para o da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou na última segunda-feira, no Rio de Janeiro, da solenidade de posse da nova diretoria da Câmara de Comércio Americana para o Brasil (Amcham), proferindo uma palestra sobre o tema “O Congresso Nacional e as Reformas de Base”.

– A grande tarefa a ser cumprida é a criação de condições para que o Brasil cresça de forma sustentada. Temos que atrair investimentos, reduzir os juros e a carga tributária – assinalou.

Lúcia Vânia quer instituir Lei de Responsabilidade Social

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 29/03) de sua autoria que institui a Lei de Responsabilidade Social. A PEC propõe a criação de uma lei de responsabilidade de âmbito nacional, inspirada na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para estabelecer metas para os investimentos e projetos sociais com o objetivo de garantir a melhoria e eficácia de tais projetos. A proposta já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e deve ser votada em Plenário ainda este semestre, acredita a senadora.

Para Lúcia Vânia, a grande quantidade de programas de transferência de renda que existem hoje em dia não permite uma avaliação efetiva dos gastos públicos e dos resultados dos programas. A Lei de Responsabilidade Social de âmbito nacional, explicou a senadora, estabelecerá metas sociais para o país e garantirá o acompanhamento, por parte da sociedade, dos resultados das ações.



180 anos do Senado

O segundo capítulo da série rememora o governo de dom Pedro II e Duque de Caxias e o constante embate político entre liberais e conservadores



Tempo de guerras e de revoltas

O Segundo Império acabou marcado pelas diversas revoltas regionais contra o poder central, época de turbulência em que o Senado desempenhou papel primordial na

manutenção da estabilidade política. Dom Pedro II implantou um parlamentarismo de fato e quase todos os "primeiros-ministros" (presidentes do Conselho) foram senadores.

No dia seguinte à decretação de sua maioria, dom Pedro II nomeou seu primeiro Ministério. Liberal, como não poderia deixar de ser, foi o "Ministério dos Irmãos" – composto pelos irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco de Andrada, e pelos irmãos Paulo e Holanda Cavalcanti – e durou pouco mais de um mês, vítima do clientelismo e da precipitação dos liberais, que chegaram a demitir 14 presidentes de província, além de juizes de paz e outros funcionários públicos.

Esse primeiro Ministério foi substituído por um gabinete conservador, que aproveitou a maioria que ainda tinha nas Câmaras para aprovar a volta do Conselho de Estado e a reforma do Código de Processo Criminal de 1832, centralizando no Ministério da Justiça os poderes policiais das províncias.

O novo Ministério se vê diante de uma imensa vitória liberal nas eleições de 1841. Dom Pedro II é, então, convencido a dissolver a Câmara dos Deputados em 1º de maio de 1842.

A dissolução da Câmara dos Deputados marcou o auge do descontentamento dos liberais, afastados do poder. Inconformados com a "ditadura" que se estendeu até 1843, liberais paulistas, liderados por Rafael Tobias de Aguiar e pelo senador Feijó, e mineiros, liderados por Teófilo Otoni, se levantaram em armas.

Para a chefia das tropas, o imperador nomeia Luís Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias, que rapidamente sufocou as duas rebeliões, aprisionando os revoltosos.



O jovem imperador dom Pedro II enfrentou e sufocou, com o apoio de Caxias, várias revoltas

REPRODUÇÃO/GERALDO MAGELA

Senado assegura estabilidade durante período turbulento

O Senado teve papel de destaque no Segundo Império, a tal ponto que o próprio dom Pedro II dizia que, se não fosse monarca, gostaria de ser senador. A Casa funcionava como mantenedora da estabilidade do país.

Vários senadores defendiam a adoção de um parlamentarismo baseado no modelo inglês e, em 20 de julho de 1847, dom Pedro II assinou o Decreto 523, que criava a presidência do Conselho de Ministros, dando origem ao parlamentarismo clássico no Brasil.

Em vez de escolher todos

os seus ministros, o imperador escolhia apenas o presidente do Conselho – o primeiro-ministro –, e este, por sua vez, escolhia os demais ministros de seu gabinete, que deveria ter a aprovação da Câmara dos Deputados.

Até 1889, com a Proclamação da República, os primeiros-ministros foram quase todos senadores. O auge do sistema parlamentarista ocorreu entre 1853 e 1856, no gabinete do senador Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, que implantou um "Ministério de conciliação", com liberais e conservadores.

Farrapos e praieiros, os últimos revoltosos

A antecipação da maioria de dom Pedro II não arrefeceu as animosidades no sul do país e uma anistia oferecida em 1841 foi recusada pelos rebeldes.

Em 1842, o experiente general Luís Alves de Lima e Silva, nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul, iniciou negociações para a paz na região. Em 1845, após dez anos de lutas, foi assinada a paz em Poncho Verde. O acordo assegurou anis-

tia aos revoltosos e incorporação dos soldados rebeldes ao exército imperial. Por sua atuação, Lima e Silva foi nomeado Conde de Caxias e, em 1846, entrou para o Senado como representante da província gaúcha.

Quando se consideravam calmos os ânimos no país, a destituição do liberal Antônio Pinto Chichorro da Gama da presidência da província de Pernambuco foi o estopim da última revolta do

Império, a Revolução Praieira, em 1848.

Em 1º de janeiro de 1849, os rebeldes lançaram um manifesto no qual reivindicavam o voto universal, a liberdade de imprensa, a garantia dos direitos individuais e o fim do Poder Moderador.

O sistema de guerrilha manteve a rebelião no interior da província até o início de 1850, quando o líder Pedro Ivo Veloso da Silveira se entregou às tropas do governo.

Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai em conflito

O Senado teve papel fundamental nas questões externas brasileiras no Segundo Império, aprovando as declarações de guerra e os orçamentos para as batalhas contra três vizinhos – Paraguai, Argentina e Uruguai. O Conselho de Estado era composto basicamente por senadores, entre eles os marqueses de Sapucaí e de Olinda e os viscondes de Abaeté e do Rio Branco.

Também na crise entre Brasil e Inglaterra com relação ao tráfico de escravos foi primordial a negociação feita pela Câmara de Senadores, que terminou pela aprovação das leis Eusébio de Queirós, de 1850, proibindo o tráfico, e Nabuco de Araújo, de 1854, punindo severamente aqueles que apoiassem o tráfico negreiro.

Manter livre a navegação no rio da Prata e impedir as constantes



Mapa de 1873 mostra o Cone Sul logo após a Guerra do Paraguai

invasões e saques a propriedades no Rio Grande do Sul levaram, em 1851, o governo imperial, com a aprovação da Câmara de Senadores, a declarar guerra contra Manuel Oribe, líder uru-

guaio. As tropas de Caxias venceram Oribe e, depois, seu aliado, o presidente argentino Juan Manuel Rosas.

Em 1864, o Brasil declarou novamente guerra, dessa vez ao presidente uruguaio Atanásio Aguirre, do Partido Blanco. Em poucos meses de luta as tropas do general brasileiro Mena Barreto derrubaram Aguirre.

O projeto de um "Paraguai Maior", incluindo territórios argentinos, brasileiros e uruguaios, fez com que o presidente Francisco Solano Lopez iniciasse a invasão desses países em 1864. Foram mais de cinco anos de luta, até a morte de Lopez, em 1º de março de 1870.

Caxias chega a duque vencendo batalhas

Por sua atuação na pacificação da Balaiada, no Maranhão, firmada na cidade de Caxias, em 1841, o então coronel Luís Alves de Lima e Silva recebeu o título de Barão de Caxias. Após encerrar dez anos de lutas da Revolução Farroupilha, foi nomeado conde e senador pelo Rio Grande do Sul, em 1846.

Lima e Silva debelou ainda as revoltas liberais de São Paulo



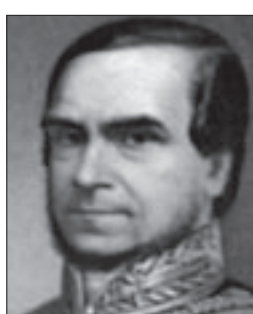
Duque de Caxias

e Minas Gerais de 1842. Em 1851, obteve a rendição do uruguaio Oribe. Em 1866, o então Marquês de Caxias assumiu o comando das tropas aliadas contra o Paraguai. Após tomar a capital Assunção em 1869, recebeu o título de duque. Primeiro-ministro por três vezes (1856-1857, 1861-1862 e 1875-1878), costumava dizer que o que se tratava no Senado era uma "guerra de alfinetes".

Marquês de Paraná, o grande conciliador

Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, tornou-se ministro da Justiça em 1832, alcançando sua primeira grande vitória ao evitar a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, como pretendia Feijó. Foi nomeado senador por Minas Gerais desde 1842.

Em 1849, assumiu a presidência da província de Pernambuco, para debelar os últimos focos da Revo-



Marquês de Paraná

lução Praieira. Ocupou a presidência do Conselho de Ministros a partir de 1853. Desde o início, resolveu estabelecer a "política de conciliação", em que o gabinete era composto por membros liberais e conservadores. Mesmo após sua morte, que causou grande comoção popular em 1856, o Ministério de Conciliação foi mantido até maio do ano seguinte.

HISTÓRIA BRASILEIRA - CRONOLOGIA 1841-1871

1º/5/1841	Dom Pedro II dissolve a Câmara
17/5/1842	Início da revolta liberal em São Paulo, liderada por Feijó e Tobias de Aguiar, derrotada por Caxias
10/6/1842	Início da revolta liberal em Minas Gerais, liderada por Teófilo Otoni, também sufocada por Caxias
1º/3/1845	Caxias anuncia o fim da Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul
8/8/1845	Parlamento inglês aprova o Bill Aberdeen, proibindo o tráfico de escravos no oceano Atlântico
1846	O então Conde de Caxias é nomeado senador pelo Rio Grande do Sul
1847	Início do parlamentarismo com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros
1848-1849	Revolução Praieira, em Pernambuco
4/9/1850	Aprovada a Lei Eusébio de Queirós, proibindo o tráfico de escravos
1851-1852	Guerra contra Oribe (Uruguai) e Rosas (Argentina)
1853	Início da chamada "política da conciliação", uma iniciativa do senador Marquês de Paraná
1864	Guerra contra Aguirre (Uruguai)
1864-1870	Guerra do Paraguai
28/9/1871	Aprovada a Lei Rio Branco, ou Lei do Ventre Livre, declarando livres todos os filhos de escravos nascidos a partir daquele dia

Voz do Leitor

TRANSPORTE PÚBLICO

“Sugiro um projeto de lei para obrigar as empresas prestadoras de serviços de transporte coletivo no Brasil, em conjunto com os órgãos públicos gestores e fiscalizadores do setor, a colocar, nos pontos de ônibus e terminais rodoviários, placas ou *displays* bem visíveis informando os horários das linhas que atendem a cidade. É impossível, para os que não são do local, saber dos horários. Há de se preocupar mais com quem utiliza o transporte público, inclusive com sua segurança.”

Agnes Altmann, de Brasília (DF)

PROFESSORES

“Estou inconformada com a notícia de que está em andamento projeto para que os professores também se beneficiem das mudanças feitas pela Emenda Constitucional 47 (a reforma paralela da Previdência). Não acho justo! Eles já têm o benefício da redução do tempo de contribuição e da idade para aposentadoria em cinco anos e ainda querem mais? Não devemos privilegiar apenas uma classe de trabalhadores, e sim o todo. A emenda veio para diminuir um pouco a diferença entre os direitos dos cidadãos, e mesmo assim teremos que trabalhar mais que o normal, ou seja, mulher mais que 30 anos e homem mais que 35 anos. Os professores já trabalham menos, aposentam com menos idade e ainda dizem que querem direitos iguais?”

Lúcia Helena Gil, de Londrina (PR)

CONVOCAÇÃO

“Considero a convocação extraordinária um mensalão

oficial. Isso é o maior desrespeito com o povo.”

Adilton Santos, de Salvador (BA)

MEIO AMBIENTE

“Senador Cristovam Buarque, sugiro a apresentação de um projeto de lei que vise inserir uma nova disciplina no currículo do ensino fundamental: preservação do meio ambiente.”

Juvêncio Leite, de Pirapozinho (SP)

ANIMAIS DE RUA

“Tramita no Senado o projeto de lei da Câmara (PLC 4/05), de autoria do deputado Afonso Camargo, para substituir a política de extermínio de cães e gatos pela de esterilização cirúrgica. Acredito que mais verbas deveriam ser destinadas à esterilização de animais de rua. É necessário haver um controle de natalidade a fim de que não aumente o número de bichos que sofrem abandono, fome, atropelamento e maus-tratos nas ruas.”

José Jéferson de Araújo, de São Paulo (SP)

TRANSPosição

“Sugiro que seja realizado um plebiscito com relação à transposição das águas do rio São Francisco. Em minha opinião, se ela ocorresse, na época da seca as pessoas que vivem em Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais e Bahia sofreriam com a falta de energia elétrica e com o desemprego.”

Augusto Sérgio Fanego Amorim, de Recife (PE)

POLÍCIA CIVIL

“Proponho que se crie um estatuto próprio para a Polícia Civil.”

Allan Murilo Barbosa Terruel, de Maceió (AL)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70.165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Raimundo Leite Afonso, de Sarzedo (MG)

“Senador Alvaro Dias, como ficou a situação do empréstimo compulsório sobre combustível, criado no governo Sarney, e que foi cobrado de quem comprou automóvel e combustível entre julho de 1986 e junho de 1987? Nós teremos esse dinheiro de volta?”

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) responde:



De acordo com o disposto no art. 16 do Decreto-Lei 2.288/86, o empréstimo compulsório incidente na aquisição de automóveis de passeio e utilitários, assim como na compra de gasolina ou álcool, para veículos automotores, deveria ser resgatado no último dia do terceiro ano posterior ao seu recolhimento, efetuando-se o pagamento com cotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, criado pelo mencionado decreto-lei.

Essa modalidade de pagamento – títulos, em vez de moeda corrente – motivou a declaração de inconstitucionalidade desse empréstimo compulsório, proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 121.336 e 175.385 (*leading cases*) e em numerosos outros julgados. Em decorrência desse entendimento do STF, o presidente da República submeteu ao Congresso Nacional projeto de lei (PL 3.720/93) alterando o disposto no decreto-lei, para determinar o resgate em dinheiro do empréstimo compulsório. Aprovado em regime de urgência, o projeto foi integralmente vetado pelo então chefe do Poder Executivo, atendendo à ponderação do ministro da Fazenda, nos seguintes termos: “... o prazo de um ano para efetivação do pagamento do empréstimo parece-nos muito curto para ser viabilizado...”.

Considerando que a instituição do empréstimo compulsório foi julgada inconstitucional pelo STF e que esse tribunal tem assegurado aos mutuantes que recorrem à Justiça a restituição dos valores em moeda corrente, sugeriu-se uma solução que atendesse ao Supremo, mas que não colocasse em risco o processo de estabilização econômica: o veto ao projeto de lei e o encaminhamento, pelo Executivo, de outro que adiasse o início da devolução para o fim de 1994 e alongasse mais os prazos de restituição. Apreciado em março de 1995, em sessão conjunta do Congresso, o veto foi mantido.

Desde então, não se teve conhecimento de qualquer iniciativa governamental no sentido de viabilizar o resgate do empréstimo compulsório. Por isso, apresentei o PLS 129/01, que objetiva reduzir o passivo da União para com os contribuintes do empréstimo compulsório, sem provocar expansão monetária, o que é fundamental no combate à inflação. A sistemática de ressarcimento proposta não exige qualquer desembolso do governo. O empréstimo compulsório será resgatado gradualmente, mediante sua compensação com débitos do contribuinte relativos a impostos e contribuições federais, ou sua utilização na compra de ações de empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização ou no pagamento do preço de mercadorias estrangeiras adquiridas em leilão promovido pela Secretaria da Receita Federal. O projeto encontra-se pronto para a pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recebido o relatório do senador Antônio Carlos Valadares, com voto pela manifestação e apreciação preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos.

Frases

“É um lixo! Um lixo de um bandido que é o José Mentor, um gângster! Os ladrões têm de me respeitar”

Antero Paes de Barros, na CPI dos Bingos, questionando o relatório do deputado José Mentor sobre a CPI do Banestado, que, segundo o senador, não deve ser levado a sério.

“Nós vamos ter tempo ainda para promulgar essa emenda. É preciso deixar a poeira assentar, os ânimos serenarem. É sempre recomendável prudência e caldo de galinha”

Renan Calheiros, ao ser indagado pela imprensa por que a emenda constitucional que acaba com a verticalização nas eleições não foi promulgada.

“O presidente Lula tem uma relação encabulada com o Congresso Nacional”

José Agripino, sobre a ausência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia que marcou o início dos trabalhos legislativos no dia 15.

“Este momento merece ser comemorado pelo povo brasileiro”

Aldo Rebelo, presidente da Câmara, sobre o fim do salário extra em convocações extraordinárias e a redução do recesso parlamentar.

“O que os senhores do PT estão praticando é a República do PT, a *cosa nostra*”

Almeida Lima, que fez críticas ao PT no aniversário da legenda.

“A maioria dos petistas tem a ética como de fundamental importância”

Eduardo Suplicy, rebatendo as críticas da oposição ao PT.

“O dinheiro deste governo é como a linha do horizonte: você sabe que existe, mas nunca alcança”

Heráclito Fortes, criticando o repasse de recursos federais para o Piauí.

Foto da Semana

A Bandeira brasileira decorou os telões do Plenário da Câmara durante a execução do Hino Nacional, na abertura do quarto e último ano da atual legislatura. Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, receberam o ministro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal, e a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff



JOSE CRUZ/ABR

A lei do gás natural no Brasil

O projeto de lei do Senado que estabelece o marco regulatório para o setor de gás natural será o tema do debate desta segunda-feira no programa *Conexão Senado*, que a Rádio Senado leva ao ar a partir das 12h.

A proposta está sendo analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado e determina que a política energética nacional terá a finalidade de aumentar a utilização do produto na economia e incentivar a expansão da produção e da infra-estrutura de transporte e armazenagem já existente no país. A iniciativa busca ainda proteger os usuários e o meio ambiente, além de tornar o mercado competitivo.

Como o projeto poderá influir na vida do consumidor? Quanto está previsto de investimentos no

setor público e privado? Essas e outras questões serão abordadas durante o debate, que poderá ter a participação do ouvinte pelo e-mail conexao@senado.gov.br, pelo telefone (61) 3311-1261 ou pelo fax (61) 3311-2777.

Já o programa *Prosa e Verso*, levado ao ar neste sábado, às 9h, com reprise no domingo, às 16h, fará uma visita aos sambas-enredo que tiveram como tema os negros. O especial *O samba como expressão cultural da raça negra* lembrará sucessos do carnaval como *A grande constelação de estrelas negras*, da Beija-Flor; *Chico-rei*, da Salgueiro; *Ilu-ayê-*

terra da vida, da Portela; *Mãe, bahiana mãe*, da Império Serrano; *100 anos de liberdade - realidade ou ilusão*, da Mangueira; e *Kizomba-festa de uma raça*, da

Vila Isabel.

Para obter mais informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse www.senado.gov.br/radio.



LUIZ CARLOS MURAIKAS/FOLHA IMAGEM

Técnico recolhe amostra de gás no gasoduto Brasil-Bolívia, em Itatiba (SP)

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

A última batalha da Guerra das Missões

ALEXANDRE GUIMARÃES

Há 250 anos ocorria a última batalha de uma estranha guerra que uniu portugueses e espanhóis contra índios guaranis e jesuítas, a Guerra das Missões, cujo fim foi marcado pela morte do líder José Tiaraju, o Sepé.

Batalha de Caiboaté: Episódio Culminante da Guerra das Missões, volume 63 das Edições do Senado Federal, foi escrito pelo general Ptolomeu de Assis Brasil e publicado pela primeira vez em 1935. Trata-se de uma análise aprofundada de um episódio da história do país desconhecido da maioria dos brasileiros.

Assinado em 1750, o Tratado de Madri estabeleceu novos limites entre os impérios português e espanhol. Pelo novo acordo, a Espanha trocava os Sete Povos das Missões pela Colônia do Sacramento, dos portugueses. Nas tratativas, os governos tomaram decisões sem levar em conta os interesses dos jesuítas e dos guaranis, que resolveram defender suas terras. Começou então, em 1754, a Guerra das Missões ou Guaranítica, que duraria dois anos.



A obra de Assis Brasil narra os episódios dos últimos dias desse conflito. O massacre, como é conhecida a batalha de Caiboaté, nas proximidades de São Gabriel (RS), ocorreu na tarde de 7 de fevereiro de 1756. O guerreiro Sepé Tiaraju foi morto e mais de 1.500 índios exterminados em apenas uma hora e dez minutos de combate.

Em 1759, por determinação do futuro Marquês de Pombal, os jesuítas foram expulsos definitivamente do Brasil. A guerra, por sua vez, não resolveu as questões de limites, pois nem guaranis nem colonos portugueses do Sacramento estavam satisfeitos com a troca de terras.

Todo o conflito tornou-se sem sentido após o governo português aceitar, através do Tratado do Prado, de 1761, o restabelecimento da situação anterior, mantendo a posse da Colônia do Sacramento e abandonando o território das Missões.

Batalha de Caiboaté realça o papel do herói Sepé Tiaraju, que encabeçou a luta da minoria indígena pela posse de suas terras e freqüentemente é omitido pela história oficial.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Batalha de Caiboaté: Episódio Culminante da Guerra das Missões* é o volume 63 das Edições do Senado Federal e pode ser adquirido por R\$ 10. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Guia orienta criação de frente pela infância

Deputados estaduais e vereadores terão à disposição, a partir desta segunda-feira, um guia para a criação de frentes parlamentares em defesa de crianças e adolescentes nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais.

Trata-se de uma publicação elaborada pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), que coordena a Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente no Senado, cujo objetivo é dar dicas sobre as questões que envolvem o tema para parlamentares, assessores e representantes de organizações não-governamentais.

A batalha por melhores condições de vida para nossos meninos e meninas não deve se restringir ao âmbito federal. A idéia é que senadores, deputados federais e estaduais e vereadores atuem em sintonia, sobretudo no que diz respeito a questões fundamentais como a fiscalização da implementação das polí-

ticas públicas e o acompanhamento orçamentário – diz Patrícia.

No livro *Infância e Parlamento – Guia para Formação de Frentes Parlamentares da Criança e do Adolescente*, estão reproduzidos, de forma simples e didática, leis e textos relativos ao universo infanto-juvenil.

O trabalho da frente nacional tem servido de referência para ações semelhantes em outras casas legislativas. Essa publicação é uma forma de compartilhar essa experiência – assinalou a senadora.

Em Brasília, o trabalho da frente já resultou na assinatura do Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência,



Coordenadora da frente nacional, Patrícia Saboya quer expandir ações pela criança

e na criação da Rede Nacional de Parlamentares pela Infância e Adolescência, que tem representantes de 20 estados.

O guia será lançado no Centro Cultural Oboé, em Fortaleza, às 18h30, e terá a participação da representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier, autora da apresentação do livro.

Projeto resgata história do Brasil e de Portugal

O Centro de Documentação Multimídia (Cedoc) e a Secretaria de Arquivo do Senado Federal realizaram no Interlegis mesa-redonda sobre o Projeto Resgate – protocolo assinado entre Brasil e Portugal com o objetivo de disponibilizar documentos históricos relativos à história do Brasil existentes em arquivos de outros países, sobretudo Portugal.

A reunião contou com a presença da professora-adjunta de Arquivologia da Universidade do Rio Grande do Sul, Ana Regina, e do professor Marcos Magalhães, diretor do Centro de Memória

Digital da UnB.

Ana Regina fez uma breve demonstração de documentos sobre a capitania do Rio Grande do Sul encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e catalogados com o Projeto Resgate. Magalhães ressaltou o baixo custo do projeto, que, desde 1988, já documentou 300 mil manuscritos e disponibilizou 1,3 milhão de imagens na Internet, a um custo de US\$ 5 milhões. Segundo ele, será lançada uma revista sobre os trabalhos, provavelmente durante as comemorações dos 180 anos da Biblioteca do Senado.

Conheça o Senado

Defesa do meio ambiente e do consumidor

Extinta antes da Constituição de 1988, a antiga Comissão de Fiscalização e Controle foi restabelecida em 1993. No ano passado, o colegiado passou a incorporar temas relacionados ao meio ambiente e aos direitos do consumidor.

Reunindo-se todas as terças-feiras, às 11h30, a atual Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) tem em seu rol de competências uma das mais extensas listas de atribuições entre os colegiados do Senado.

Presidida pelo senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) e composta por 17 senadores titulares, a comissão

discutiu no ano passado o complexo projeto de manejo de florestas.

Nos assuntos referentes a meio ambiente, a CMA se atém a questões de proteção, preservação e conservação, relativas à natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, florestas e biodiversidade, entre outros correlatos.

Para atender a questões atinentes aos direitos do consumidor, a comissão deve, entre outras coisas, opinar e propor normas e medidas voltadas para a melhoria contínua das relações do mercado, acompanhar políticas e ações na área, receber denúncias e apontar práticas referentes ao abuso do poder econômico e à qualidade de

produtos, e avaliar relações de custo e preço e condições de concorrência.

Além disso, o colegiado exerce a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os órgãos da administração indireta. Nesse caso, a CMA deve avaliar a eficácia e a economicidade dos projetos e programas de governo nos planos nacional, regional e setorial de desenvolvimento.

A comissão tem o poder de solicitar ao Tribunal de Contas da União inspeções ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas da União.



Leomar Quintanilha preside a comissão que trata de temas relacionados ao meio ambiente

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Flávio Faria, Lara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Mikhail Lopes, Suelly Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e

Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Procuram-se novas fontes de energia

Desde que o homem descobriu o fogo e passou a usar mais que a força dos seus músculos para sobreviver, produzir energia se tornou indispensável. Hoje, quando a população da Terra soma 6,5 bilhões de pessoas, é cada vez maior a demanda de energia para a produção.

As principais fontes de energia são o carvão mineral, o gás natural, a energia nuclear, a hidreletricidade e o petróleo. Para obter energia a partir dessas fontes, é preciso abrir minas, represar rios ou perfurar a terra. E ainda é necessário levar a energia obtida aos lugares em que é consumida e livrar-se dos restos do processo de produção, algo especialmente complicado no caso do lixo das usinas nucleares, por exemplo. Além do fato de toda essa operação prejudicar seriamente o meio ambiente, algumas fontes de energia acabarão, como as reservas de petróleo. Ao ritmo de extração atual, nos próximos cem anos elas

começarão a escassear.

Em síntese, um dos maiores problemas do mundo atual é que a produção de energia depende de fontes não renováveis e mesmo assim deve crescer muito para atender às necessidades, causando cada vez mais prejuízos ao meio ambiente.

É por isso que instituições, pesquisadores e países esforçam-se para desenvolver soluções que sejam não apenas eficientes, mas também não poluentes e inesgotáveis – as fontes alternativas de energia. A transição para novas fontes deve ocorrer enquanto as reservas existentes permitem a substituição, para evitar um colapso em razão da escassez. Daí a urgência do problema, já que, em se tratando da produção de energia, o prazo entre a descoberta de uma fonte e seu aproveitamento em larga escala demanda décadas de pesquisa e investimento, além do compromisso dos governos com a busca de soluções.



Lavoura de cana em Sertãozinho (SP): só o Brasil usa fonte alternativa em larga escala

ANTÔNIO SCARPINETTI/ASCOM/UNICAMP

Principais alternativas em estudo

Energia eólica

A força dos ventos é usada há muito tempo para a geração de eletricidade. É considerada limpa, renovável e de baixo custo operacional e de implantação. Sua principal desvantagem é ser instável, sujeita às variações dos ventos. No Brasil, existem várias usinas em operação, principalmente no Ceará. O litoral tem maior potencial, devido à maior velocidade e regularidade dos ventos. Alemanha e Holanda possuem grandes parques eólicos, que representam considerável parcela das suas matrizes energéticas.

Energia solar

Fotovoltaica – Conversão direta da luz em eletricidade. Inicialmente foi usada nos programas espaciais e, com o decréscimo do custo de produção, passou a ter uso comercial.

Termossolar – Usa a energia do sol para o aquecimento de água, substituindo chuveiros elétricos, aquecedores a gás etc. Placas solares e reservatório térmico compõem o sistema, usado em hotéis, residências etc. A energia solar é limpa, segura e inesgotável, e usada normalmente em projetos descentralizados de eletrificação porque ainda não se conseguiu produzir eletricidade em larga escala a partir dela.

Biomassa

O biodigestor é um sistema de produção de energia por meio da decomposição do material orgânico, sem contato com o ar. Entre as matérias-primas mais usadas estão a cana-de-açúcar, a beterraba e o eucalipto (dos quais se extrai álcool), o lixo orgânico (que dá origem

ao biogás), a lenha e o carvão vegetal, e outros materiais biodegradáveis. A biomassa tem a vantagem de aproveitar os restos orgânicos, porém ainda padece do problema da entressafra, quando a matéria-prima escasseia.

Energia geotérmica

Provém do calor encontrado no centro da Terra, verificado na erupção dos vulcões ou nas fontes de água termais. Já existem usinas em funcionamento na Nova Zelândia, Estados Unidos, México, Nicarágua, Costa Rica, El Salvador, Japão, Filipinas, Quênia e Islândia. Embora de custos mais estáveis que os de outras fontes alternativas, sua exploração geralmente causa impactos ambientais consideráveis.

Pequenas centrais hidroelétricas

As PCHs são sistemas de baixa potência, que podem ser instalados em regiões ribeirinhas, aproveitando o fluxo natural de um rio ou riacho, sem causar grave desequilíbrio ambiental, já que o rio retorna a seu leito após a geração de energia.

Células a combustível

Energia considerada limpa, fácil e barata, pode movimentar veículos e produzir eletricidade para uso comercial e residencial. Usa o hidrogênio como combustível e é possível obter energia em grande quantidade por meio dela.

Estão sendo pesquisadas outras fontes alternativas de energia, como a que usa a força das marés, mas, à exceção do álcool combustível brasileiro (*veja matéria abaixo*), nenhuma ainda revelou-se viável para uso em larga escala.



Sucesso do álcool brasileiro impressiona o mundo

Em 2003, quando produziu o primeiro automóvel bicombustível, o chamado carro *flex*, o Brasil consagrou-se como o primeiro país a produzir e usar em larga escala uma fonte de energia alternativa aos derivados de petróleo: o álcool combustível.

Elogiado por muitos países, o esforço começou em 1975 e

compreendeu desde pesquisas genéticas para melhorar a cana-de-açúcar, passando por subsídios ao preço do álcool, até o desenvolvimento de um automóvel capaz de usar o novo combustível, puro ou misturado à gasolina. Hoje, os consumidores brasileiros são os únicos que podem escolher com qual combustível

abastecer o tanque.

Na esteira do sucesso do álcool, o país investe agora no biodiesel, um combustível biodegradável derivado de vegetais, como a mamona. O biodiesel substitui o óleo diesel usado em veículos e geradores de eletricidade, podendo ser usado puro ou misturado ao diesel.

Legislação e propostas em tramitação

Leis vigentes

Leis 11.097/05 e 11.116/05

– Tratam da produção de biodiesel.

Leis 10.438/02 e 10.762/03 – Tratam do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Lei 9.991/00 – Dispõe sobre investimentos em pesquisa, desenvolvimento e eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica.

Lei 9.478/97 – Institui a Política Energética Nacional.

Lei 10.295/91 – Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.

Projetos de lei

PLS 409/05 – Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte de produtos agropecuários em geral. Tramita nas comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Agricultura e Reforma Agrária. Autor: o então

senador Gilberto Goellner.

PL 5.256/05 – Altera a Lei 9.427/96, estabelecendo política tarifária que iguala os incentivos criados para os empreendimentos implantados no âmbito do Proinfa. Depende de exame da Câmara. Autor: deputado Marcello Siqueira (PMDB-MG),

PL 4.047/04 – Altera a Lei 10.438/02, estendendo a cobertura do Proinfa a todo o país, beneficiando os empreendimentos de produtores servidos por sistema elétrico isolado em substituição à geração termelétrica, restringindo a sub-rogação do direito de rateio do custo de combustível para geração de energia elétrica. Aguarda deliberação de quatro comissões da Câmara. Autor: deputado Miguel Souza (PL-RO).

PLS 261/03 – Altera a Lei 10.438, que trata do Proinfa. Aguarda parecer do relator e decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. Autor: senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Informações

Governo federal

Ministério de Minas e Energia
(61) 3319-5555 - www.mme.gov.br

Ministério de Ciência e Tecnologia
(61) 3321-7982 - www.mct.gov.br

Ministério do Meio Ambiente
(61) 3317-1000 - www.mma.gov.br

Agência Nacional de Águas (ANA)
(61) 2109-5400/5252
www.ana.gov.br

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
0800 72 72 010 - www.aneel.gov.br

Agência Nacional do Petróleo (ANP)
0800 900267 - www.anp.gov.br

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
0800 61 8080 - www.ibama.gov.br

Universidades e instituições

Centro Brasileiro de Energia Eólica - UFRJ
(81) 3453-4662/2975

www.eolica.com.br

Centro Nacional de Referência em Biomassa (Cenbio)
(11) 3091-2655/2654
www.cenbio.org.br

Centro de Economia Energética e Ambiental
(21) 2562-8775
www.cenergia.org.br

Centro de Referência para Energia Solar e Eólica (Cepel)
(21) 598-2174/2187 - www.cepel.br

Centro Nacional de Referência em Pequeno Aproveitamento Hidroenergético
(35) 3629-1278
www.cerpch.unifei.edu.br

Núcleo de Energias Alternativas - UFMA
(98) 3217-8826
www.nea.ufma.br/fae

Programa de Planejamento Energético - UFRJ
(21) 2562-8760 - www.ppe.ufrj.br